



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Instituto de Relações Internacionais

**Apontamentos sobre a trajetória política do Chile: do
século XX à revolta antineoliberal.**

WILLIAM LAINO COSTA

Orientador(a): Luciana Badin

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro

2022.1

Resumo

Esse projeto foi concebido com a ideia de que, apesar de ser assunto conhecido e debatido há décadas, a Revolução Chilena e a instauração do neoliberalismo no Chile são assuntos que, no Brasil, não tiveram a merecida atenção, e acreditamos que não seja por mera coincidência. Olhar para a trajetória do Chile no século XX, principalmente em sua segunda metade, é ver o desenrolar de diversos acontecimentos ímpares na história mundial, experiências políticas e sociais singulares que, quando analisados, podem servir-nos como lições históricas imprescindíveis e de enorme relevância para o momento que vivemos.

Ao longo dos próximos capítulos, portanto, tentamos traçar uma evolução do quadro político chileno ao longo do século XX, dando destaque à participação da esquerda, cada vez mais presente, processo esse que culminou com a presidência de Salvador Allende, historicamente o primeiro governo socialista advindo da via eleitoral. Tentamos abordar o que foi a via chilena ao socialismo e a sua contraparte, a contrarrevolução pinochetista. Ao final, já no Chile contemporâneo, abordamos os governos da Concertación e a profunda agitação social que se iniciou no país após outubro de 2019, quando a revolta antineoliberal começou a tomar o país de norte a sul.

Palavras-chave: Allende; América Latina; Revolução Chilena; neoliberalismo; Pinochet; partidos políticos.

Sumário

1.	Introdução	5
1.1.	Chile, “a terra ao fim do mundo”	5
1.2.	A consolidação da democracia liberal e o estabelecimento da economia mineira chilena	7
1.3.	A relevância das esquerdas no desenvolvimento do quadro político chileno no século XX	12
2.	<i>Se abrirán las grandes alamedas</i> : a eleição de Salvador Allende e a volta do socialismo à cena latino americana (1970-1973)	19
2.1.	Os eufóricos primeiros passos em direção à revolução chilena e o programa de governo da Unidade Popular.....	19
2.2.	Os atritos entre a revolução dentro da ordem e a insurreição dos despossuídos	27
3.	Crônica de uma morte anunciada.....	34
3.1.	“Por la razón o la fuerza”.....	34
3.2.	O trágico fim da via chilena	40
4.	Chile, laboratório neoliberal.....	45
4.1.	A longa noite sob a ditadura de Pinochet.....	45
4.2.	A Escola de Chicago e o projeto neoliberal à chilena.....	49
5.	Considerações finais.....	58
5.1.	Da redemocratização à revolta popular.....	58
5.2.	A revolta popular no Chile.....	62
6.	Referências bibliográficas.....	66

1. Introdução.

El Presidente de la Federación de Norte América, Mr. Monroe, ha dicho: “Se reconoce que la América es para éstos”. ¡Cuidado con salir de una dominación para caer en otra! (...) Yo creo que todo esto obedece a un plan combinado de antemano; y ese sería así: hacer la conquista de América, no por las armas, sino por la influencia en toda esfera. Esto sucederá tal vez hoy no; pero mañana sí.

Carta do ministro Diego Portales a José Manuel Cea (março, 1822)

1.1. Chile, “a terra ao fim do mundo”.

Sem ser o país de maior desenvolvimento econômico, nem tendo uma localização geográfica estratégica para o continente ou alguma outra característica que o tornasse originariamente destinado a ser um centro político fundamental, esse país andino de estranha geografia (...) viveu em sua história uma série de situações que constituem um repertório de muito do mais significativo vivido pela América Latina neste século. (SADER, 1991, p. 10)

Começemos por entender a etimologia deste nome, carregada de implicações. Para o grande império inca que, apesar de todo seu poderio, nunca chegou a dominar os mapuche, indígenas que habitavam o sul do território chileno, a palavra Chile significava a “terra ao fim do mundo”. Para os aymara, que habitavam as regiões desérticas na tríplice fronteira entre a atual Bolívia, Peru e Chile, significava algo parecido: “o confim do mundo”, ou “a terra mais afastada”¹.

O país, devido às suas fronteiras naturais, configura-se basicamente como uma ilha separada do resto do continente, isolada de seus vizinhos por todos os lados. Uma faixa esguia e longuíssima em forma de país, estendendo-se por mais de 4200 km longitudinalmente, apesar de ter somente 180 km de extensão, em média, entre costa e mar². Por estar no que é conhecido como o “círculo de fogo do pacífico”, o Chile tem uma atividade sísmica regular e, às vezes, catastrófica: o terremoto mais forte da história, inclusive, deu-se no país em 1960³.

¹ Apesar de haver diferentes interpretações quanto à origem do nome, essas apresentadas são as explicações mais consensuais para o significado do nome. https://chile.as.com/chile/2021/10/08/actualidad/1633701080_521497.html

²<https://www.gob.cl/nuestro-pais/#:~:text=Su%20forma%20es%20%C3%BAnica%3A%20es,promedio%20de%20solo%20180%20km.>

³<https://elpais.com/ciencia/2020-05-22/60-anos-del-terremoto-mas-grande-la-historia.html>

Este esbelto territorio es como una isla, separada del resto del continente al norte por el desierto de Atacama, el más seco del mundo (...) al este por la cordillera de los Andes, formidables macizo de roca y nieves eternas; al oeste por las abruptas costas del océano Pacífico; abajo por la solitaria Antártida. (ALLENDE, 2008, p. 20)

Não é objetivo nosso aqui debruçar-nos extensamente sobre a história ou geografia chilenas desde seus primórdios, tentando esmiuçar cada mínimo detalhe sobre a riquíssima trajetória do país ou delongar-nos em sua descrição física. Tal tarefa seria por demais exaustiva, além de que nos impediria de chegar aos pontos de maior importância para o projeto. Já há diversos tomos completamente dedicados a tais pormenores.

De acordo com o sociólogo brasileiro Emir Sader, o Chile pode ser considerado um verdadeiro “laboratório de experiências políticas”, dada a variedade de etapas pelas quais o país passou nos últimos séculos (SADER, 1991). Há uma série de fatores – quiçá melhor seja tratá-los como excepcionalidades – de grande relevância no caráter de formação da nação chilena, diferenciando-a de seus vizinhos latinoamericanos.

Nesta breve análise inicial, gostaríamos de salientar algumas peculiaridades históricas e político-econômicas do país. Dessa forma, talvez possamos compreender um pouco melhor como se deu o processo de formação dessas estruturas político-sociais tão ímpares. Para tal, nesse primeiro capítulo, abordaremos o quadro político chileno, dando enfoque à participação crescente das esquerdas ao longo do século XX.

1.2. A consolidação da democracia liberal e o estabelecimento da economia mineira chilena.

Produtor agrícola como tantos, mineral como outros, exportador como todos, colonizado conjuntamente com o continente pelos ibéricos – o Chile foi, no entanto, construindo uma história diferenciada de toda a América Latina, especialmente no plano político (SADER, 1991, p. 11).

Dentre essas excepcionalidades chilenas, devemos destacar, primeiramente, a longa tradição democrática-burguesa do país, dotado de um Parlamento bicameral ativo e estruturado que precede até mesmo sua contraparte em certos países europeus, à exceção da Inglaterra e da Noruega. Além disso, “(...) o Chile escolheu por meio de eleições a todos os seus presidentes entre 1830 e 1970, com exceção de 1891 e do período que vai de 1924 a 1931” (SADER, 1991, p. 11).

O voto⁴ secreto também foi estabelecido no país ainda em 1874, antes de que fosse aprovado, por exemplo, na Noruega ou na França. Em um continente conturbado como o é a América Latina, caracterizada pela constância dos golpes de Estado e a instabilidade política, o Chile parece despontar como uma exceção, dada sua aparente estabilidade de regime, sua institucionalidade robusta.

Há, claro, exceções, tensões em seu processo democrático que chegaram a enormes pontos de inflexão e até a completa ruptura em dados períodos de sua história. Faz-se necessário chamar atenção a esses momentos, de forma a talvez perceber fissuras nesse histórico democrático aparentemente “exemplar”.

Além disso, olhar para esses períodos de ruptura com a ordem burguesa pode mostrar-nos limitações inerentes à própria lógica da democracia liberal: a quem ela serve, quem é excluída de seu exercício e porquê, entre outras coisas.

Há limitações que gostaríamos de chamar atenção no argumento exposto por Emir Sader, acima utilizado, que defende ter sido o século XIX no Chile um período de paz republicana, onde imperava a lei eleitoral,

⁴Devemos lembrar, claro, que o exercício do voto só foi estendido à maior parte da população chilena já no século XX, sendo antes restrito à homens proprietários de terra com algum nível de escolarização. Já o voto feminino só seria conquistado em 1949 (SADER, 1991).

interrompida eventualmente com a guerra civil de 1891. A questão é que, na verdade, houveram outras *três* guerras civis antes desta, desde a independência do Chile em 1818: em 1829, 1851 e 1859.

De acordo com Joaquín Fernández Abara⁵, e como se pode perceber a partir dessa cronologia oferecida, o intervalo de tempo entre conflitos armados no país era pequeno no século XIX. Portanto, “al menos en la etapa inicial de la vida republicana chilena, la guerra puede ser considerada como una práctica política aceptada y plausible para los actores y como una experiencia conocida por la mayor parte de los chilenos” (ABARA, 2014, p. 53).

Um desses graves momentos de ruptura com o processo democrático-burguês deu-se em 1891, e pontuamos esse evento pelos reflexos que teria posteriormente no corpo político e social do país. Neste ano, desatou-se uma guerra civil no Chile⁶, ocorrida principalmente pelas tensões entre o Executivo, encarnado no presidente José Manuel Balmaceda e seus apoiadores (o exército) e a ferrenha oposição dos conservadores que dominavam o Congresso e seus próprios asseclas (a marinha).

Estes últimos eram inimigos declarados de todas as reformas populares que o presidente havia tentado levar à frente, impondo-lhe quantos obstáculos pudessem no Congresso, travando sua governabilidade. Além disso, contavam com a poderosa ajuda dos ingleses e de sua marinha, profundamente incomodados com essas “ideias progressistas” do presidente, que ameaçavam seus monopólios no país.

Balmaceda havia, ainda em 1888, anunciado “que era necessário nacionalizar os distritos salitreiros”, além de haver negado a venda de terras estatais, ricas em minério, aos ingleses. Ele tentava, de uma forma, criar as condições para um possibilitar um “desenvolvimento nacional autônomo” (SADER, 1991, p. 22). Foi também o responsável por contratar

⁵ *Historia política de Chile, 1810 - 2010*. Tomo I. Capítulo II, “Las Guerras Civiles en Chile”.

⁶ Não há tempo aqui para tratar desses outros conflitos, mas na década de 1850 houve duas guerras civis entre liberais e conservadores. Em 1860, com a vitória destes últimos, estabeleceu-se um período de hegemonia conservadora, algo que ficará marcado no corpo político do Chile, mesmo quando os liberais voltarem ao poder.

o único empréstimo que o Chile *não* recebeu da Inglaterra durante todo o século XIX (GALEANO, 2021).

A guerra civil estourou em torno da oposição entre o presidencialismo forte de Balmaceda e o parlamentarismo do Congresso, que chegou a fazer com que o presidente tivesse que nomear dez ministérios em um ano e meio. Depois de oito meses de enfrentamento, Balmaceda, derrotado, refugiou-se na embaixada dos Estados Unidos – que o apoiavam na oposição à dominação britânica sobre o país – e no dia em que deveria terminar seu mandato (...) se suicidou. (SADER, 1991, p. 23)

Ao fim de meses de embate entre seus apoiadores e os opositoristas, mais chilenos haviam morrido nessa guerra civil do que em toda a Guerra do Pacífico (1879 - 1883), e a tortura já aparece ali como técnica empregada pelas forças de segurança do país (ALLENDE, 2008). O fim trágico de Balmaceda seria reencenado, resguardando-se as diversas distinções, pouco mais de oito décadas depois, quando novamente haveria uma ruptura institucional grave na história do Chile.

Aqui faz-se necessário pontuar as consequências, mesmo que rapidamente, do estabelecimento do Chile como país minerador, que de seu subsolo extraía a maior parte de seus ingressos internacionais. Terminada a Guerra do Pacífico, onde a aliança entre a Bolívia e o Peru revelou-se incapaz de deter o avanço chileno, foram anexadas as riquíssimas minas que existiam nos territórios ao norte do país, nas províncias de Antofagasta e Tarapacá.

Foi a partir desse momento que a economia chilena mudou radicalmente de eixo, afastando-se de sua faceta como exportador agrícola para dedicar-se à exploração mineral desses novos territórios (SADER, 1991). A partir disso, a industrialização do país se dá voltada à extração mineral para exportação. Na divisão internacional do trabalho, coube ao Chile ser um dos exportadores de subsolo.

Assim como o resto da América Latina, na qual a maioria dos países vivia de pauta praticamente monoexportadora e voltada a servir o mercado internacional, o Chile teve, no entanto, uma grande diferença na formação de seu núcleo trabalhador. O trabalho nas minas fomentava a formação de núcleos densos de operários, o que levaria ao surgimento de

uma importantíssima classe operária mineira, propensa ao sindicalismo e a ideais provenientes do movimento operário europeu⁷.

Em menos de duas décadas desde o fim da Guerra do Pacífico, os mineiros haviam estabelecido-se como importante força motriz social, tanto por sua capacidade de mobilização quanto por sua importância crucial na economia. Em 1907, na cidade portuária de Iquique, no norte do país, operários mineiros instauraram uma greve geral que paralisou o país. Em resposta, as Forças Armadas foram chamadas a intervir, e protagonizaram o maior massacre operário da história do Chile – mas este não foi o primeiro nem seria o último desses episódios⁸.

O governo enviou navios de guerra que apontaram seus canhões em direção à Escola Santa Maria de Iquique, onde se encontravam os trabalhadores e, enquanto ainda se estabeleciam negociações, abriu fogo, matando milhares de pessoas, entre homens, mulheres e crianças (SADER, 1991, p. 26)

Por outro lado, longe dos horrores das vidas nas minas, onde morriam mineiros tanto no difícil trabalho nas entranhas na terra quanto nas mãos das forças de segurança, havia uma outra história sendo construída. As elites chilenas, apropriando-se dos exorbitantes lucros advindos do negócio do salitre – pelo menos a parcela do bolo que não ia direto para mãos inglesas – deram início a um profundo processo de transformação, visando modernizar-se e imbuir o país com um aspecto mais à europeia. As oligarquias chilenas pretendiam conferir a si próprias um ar de maior importância, de refinamento, um processo que o auge do ciclo do salitre viabilizou por décadas.

Fosse na cidade ou no campo, houve um enorme esforço tanto dessa aristocracia chilena quanto do governo em repaginar a paisagem, conferindo um ar de fidalguia à uma região costumeiramente vista como provinciana, sem tanta relevância nas Américas. Construíram enormes palácios e palacetes, repletos de mármore, tanto em suas propriedades

⁷ (...) o Chile, voltado para a exportação de produtos minerais, via o surgimento de uma classe operária muito antes do que outros países do continente. Uma classe operária ocupando um lugar estratégico na economia do país, concentrada em zonas determinadas, onde impunha seus padrões de comportamento e com fortes características de homogeneidade (SADER, 1992, p. 36)

⁸Em 1925, diante de uma greve de milhares de operários que haviam perdido o emprego por causa do fechamento das usinas salitreiras, o exército desencadeia uma violenta repressão em La Coruña. Centenas de operários morrem metralhados ou fuzilados” (ALEGRÍA, 1983, p. 19)

no meio urbano quanto no rural. Em Santiago e outros centros urbanos, foram realizadas diversas obras, projetando-se modernas avenidas e parques frondosos, teatros e prédios governamentais (WINN, 2009).

Almejava-se aproximar-se da arquitetura, dos modos, ideais e formas de *ser* dos europeus, distanciando-se o máximo possível de sua condição como elites latinoamericanas. A bonança do salitre, verdadeira era de ouro para as elites chilenas, permitiu-lhes “satisfazer suas pretensões eurófilas e fantasias aristocráticas” (WINN, 2009).

Em Santiago é possível, até hoje, ver bairros inteiros (como o Lastarria, no centro da cidade) que foram projetados à francesa ou inglesa – algo que não é tão incomum no continente quanto se possa pensar. Tanto o Rio de Janeiro quanto Buenos Aires também tiveram processos de reconstrução intensos para tornarem-se mais afrancesados, por assim dizer, disputando o título de “Paris dos trópicos”.

Enquanto isso, nas minas salitreiras do norte, os mineiros superexplorados que possibilitavam essa espécie de *belle époque* morriam aos montes. Padeciam ou das condições de vida nas minas, onde recebiam em fichas que tinham de trocar por produtos (superfaturados) vendidos por seu empregador, ou quando intervia o exército, ocorrência costumeira nos pampas salitreiros.

Essa época de “fartura” trazida pelo ciclo do salitre também teve grande importância em possibilitar a modernização das Forças Armadas chilenas, mas havia mudado algo na forma de agir das forças de segurança do país⁹. Se antes a preocupação militar principal do Chile se tratava da conquista e controle desses territórios salitreiros, da defesa de suas fronteiras, agora tratava-se de reprimir as crescentes convulsões sociais no âmbito interno de suas fronteiras.

Os militares seriam chamados a intervir toda vez que algum grupo marginalizado, fosse operário, mapuche, aymara, camponês, *poblador* – enfim, os despossuídos – estivessem a provocar a agitação da ordem liberal, do *status quo* em que se assentava a sociedade chilena.

⁹ A primeira Constituição do Chile, de 1833, tendo a figura de Diego Portales, líder dos conservadores à época, sua maior inspiração, era um documento limitador do poder popular, conservador por natureza. A partir das décadas seguintes à criação da Carta, “(...) sempre que a maioria pobre do país questionava o direito dessa elite de governar, ou o sistema social desigual que defendia, a força se mostrava evidente” (WINN, 2009, p. 31).

Para esses grupos destituídos, os condenados da terra, nunca houve motivo de orgulho na “longa” e “exemplar” tradição democrática burguesa chilena. No Congresso e nos bairros altos de Santiago, do alto escalão militar à pequena burguesia, talvez esse mito fundacional fizesse sentido. Para a maioria da população do país, os indígenas, mineiros, trabalhadores, empregados domésticos entre outros, no entanto, essa versão oficial esconde os detalhes de sua realidade, na qual imperam a desigualdade social e a violência política.

Para eles, a orgulhosa “democracia” parlamentar, por meio de exigências de alfabetização, não apenas limitava sua participação política (...) Para essas camadas subalternas, o alardeado progresso econômico do país foi construído com seu trabalho árduo, mas ainda assim foram excluídas de uma parcela justa de seus benefícios. A maioria dos chilenos vivia na destituição completa e na miséria, com um dos mais elevados índices de mortalidade infantil do mundo, enquanto as elites do Chile estavam cada vez mais ricas em consequência da má remuneração dos trabalhadores chilenos. Para essa maioria, a famosa lei e ordem do Chile era mera justiça de papel (...) (WINN, 2009, p. 35)

1.3. A relevância das esquerdas no desenvolvimento do quadro político chileno no século XX.

Foi principalmente no período entre 1938 - 1973 que deu-se a consolidação da imagem do Chile como país democrático, trajeto este repleto de tropeços, de avanços e retrocessos. “Estabeleceu-se uma estrutura de poder que possibilitava amplas alianças de classe, a esquerda atuava legalmente, com partidos implantados no movimento operário, funcionava o revezamento eleitoral entre várias coalizões partidárias” (SADER, 1991, p. 36).

A crescente importância da esquerda como força política era reflexo de sua capacidade de angariar setores populares normalmente alienados pelos partidos tradicionais, como os mineiros, estudantes, classe média e setores desprivilegiados da sociedade. Principalmente desde a terceira década do século XX, é possível perceber uma trajetória ascendente da influência dos partidos comunista e socialista, além da

centro-esquerda, encabeçada pelo Partido Democrata Cristão (ou *Democracia Cristiana*, DC).

Assim como todos os outros países da órbita capitalista, o Chile não saiu ileso da Crise de 29, “que fez cair praticamente todos os governos na América Latina” (SADER, 1992, p. 37). Para piorar essa situação ainda mais, essa nefasta conjuntura internacional coincidiu com o esgotamento do ciclo do salitre¹⁰, depois que químicos alemães encontraram uma alternativa sintética, desenvolvida em laboratórios. O cobre tardaria ainda alguns anos a tornar-se o principal produto de exportação da economia.

Essa inovação técnica foi apocalíptica para a economia chilena, de pauta praticamente monoexportadora e extremamente dependente de um insumo que doravante lhes serviria de muito pouco. À época, ainda às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o salitre era responsável por não menos do que $\frac{2}{3}$ de toda a receita nacional do país (GALEANO, 2021). O Chile sentiu profundamente os reflexos da Grande Depressão – foi um dos países mais afetados pela recessão internacional, “(...) perdendo 80% de sua renda de exportações entre 1928 e 1932” (WINN, 2009, p. 46).

Nessa conjuntura profunda de crise política, social e econômica, podemos ater-nos rapidamente a um período, em 1932, onde o país uma vez mais vivenciou uma experiência inédita no continente. Em 4 de junho deste ano, seguindo-se meses de instabilidade econômica e social constantes, um movimento revolucionário, liderado militarmente pelo brigadeiro Marmaduke Grove, promoveu um golpe e derrocou o governo de Estéban Montero, eleito pelos radicais na crise política de 1931¹¹.

Em seguida, proclamou-se a “República socialista” do Chile, e o programa do novo governo previa uma série de reformas profundas a serem adotadas visando a transformação do capitalismo chileno. Algumas dessas mudanças propostas eram a reforma agrária, da educação, a

¹⁰“O aperfeiçoamento do processo Haber-Bosch para produzir nitratos (...) derrubou definitivamente o salitre e provocou a estrepitosa queda da economia chilena. A crise do salitre era a crise do Chile, profunda ferida, porque o Chile vivia do salitre e para o salitre (...)” (GALEANO, 2021, p. 167)

¹¹Após a renúncia do ditador Carlos Ibañez em 26 de julho de 1931, seguiu-se um período de incerteza e crise política, onde foi convocado “um simulacro de eleições” de onde saiu vitorioso, pelos radicais, Dom José Estéban Montero, que governaria por apenas um ano (ALEGRÍA, 1983).

nacionalização das minas de cobre, pleno emprego, taxaço de grandes fortunas etc (SADER, 1992, p 38).

Como dito, o programa visava reformar o sistema; não se pleiteava a superação capitalismo, mas ajustá-lo, torná-lo mais socialmente aceitável, algo mais correspondente à social-democracia que com um marxismo revolucionário. De acordo com Peter Winn:

O “socialismo”, para seus defensores chilenos em 1932, estava mais próximo de um capitalismo de Estado ou de um Estado de bem-estar social do que do marxismo. Grove anunciou que buscava uma terceira via entre o capitalismo e o comunismo, enquanto punha um fim à Depressão por meio de ações do governo que protegeriam a economia nacional contra os imperialistas estrangeiros e ajudariam os pobres explorados pelos capitalistas chilenos (WINN, 2009, p. 46).

Essa breve experiência socialista, no entanto, teve menos do que duas semanas de vida, um período de existência pouco maior do que a da Comuna de Paris, de 1871. Encontrou seu rápido fim em um contragolpe que foi gestado dentro de sua própria cúpula revolucionária, aliada à forças reacionárias como a burguesia e a maior parte dos militares.

No entanto, apesar de efêmera, o programa ali exposto teria impacto direto nos programas da esquerda chilena nas décadas posteriores¹², e não significou o fim das forças à esquerda – pelo contrário. Nos começos de 1933 foi criado então o Partido Socialista do Chile, tendo como um de seus fundadores um jovem médico de classe média – Salvador Allende. À época ainda sem o renome que viria a conquistar décadas depois, mas já trilhando uma rica trajetória dentro do quadro político chileno (ALEGRÍA, 1983).

Em 1938, o país viveria o governo de Pedro Aguirre Cerda, centrista pertencente ao Partido Radical, eleito no auge das tensões entre o crescente movimento nazi-facista e a resistência dos partidos de esquerda. A composição de seu governo foi possível através de uma coalizão incomum à época, onde os radicais uniram-se aos partidos

¹²Entre as características do programa da esquerda, estariam [o] “(...) desenvolvimento industrial, expansão do mercado interno, intervenção estatal para assegurar sistemas sociais de apoio aos trabalhadores, entre outros” (SADER, 1992, p. 39).

socialista e comunista, “nos mesmos moldes dos governos de frente popular existentes na França e na Espanha” (SADER, 1992, p. 39).

Aos 31 anos de idade, Salvador Allende é chamado por Aguirre para servir em seu gabinete como ministro da saúde, e deixa seu cargo como secretário geral do Partido Socialista para assumir a pauta. Apesar de uma fatalidade encerrar o governo Aguirre antes do tempo (ele morreu vítima de tuberculose em 1941), seu governo conseguiu avançar em diversas pautas¹³.

Destacamos aqui, no entanto, a participação direta de Allende que, junto ao presidente, “(...) ampliou os serviços de assistência social, de saúde e previdência” (ALEGRÍA, 1983, p. 43). Após a morte prematura do presidente, Allende renuncia ao ministério e volta à sua posição de secretário no Partido Socialista. A partir daí, começaria sua longa jornada eleitoral como candidato à presidência.

Antes de tratar, por fim, do personagem de Salvador Allende, sua eleição e governo, temos que pontuar brevemente o desenvolvimento da *Democracia Cristiana* (DC). Novamente, não o fazemos por mera curiosidade, mas sim pela enorme importância deste partido no desenvolvimento do quadro político do Chile, mesmo antes da eleição de Allende.

Em um contexto de acirramento da Guerra Fria, com a vitória dos guerrilheiros cubanos ainda recente na memória de Washington, a DC tornou-se o partido da esquerda mais popular durante as décadas 50-60, até finalmente tornar-se o “maior partido do Chile” (WINN, 2009). Isso se deve, principalmente, pela sua capacidade de se apresentar como uma alternativa à esquerda mais branda que os socialistas: uma terceira via, por assim dizer.

Aproveitando-se desse crescimento vertiginoso em tão pouco tempo, os democratas-cristãos conseguiram emplacar Eduardo Frei na presidência em 1964, com uma surpreendente maioria absoluta dos votos (54%). Os Estados Unidos haviam investido pesadamente nessa eleição

¹³“Mas, nesse curto período, realizou uma obra administrativa de vastas projeções para o futuro econômico do país. Patronizou o desenvolvimento acelerado da indústria do aço e da exploração do petróleo; fixou os limites chilenos na Antártida (...) O governo popular construiu mais de cinco mil casas para empregados e operários, concedeu milhares de títulos de propriedade a novas colônias agrícolas, fundou centenas de escolas primárias(...)” (ALEGRÍA, 1983, p. 42)

de forma a evitar que os socialistas, encabeçados por Allende (em sua terceira eleição), vencessem.

Através da CIA, financiaram mais da metade do valor da campanha de Frei¹⁴, além de incitarem a mídia a criar um clima de pânico, a propagar os “horrores” que a vitória allendista traria ao Chile (WINN, 2009). Os EUA queriam a todo modo evitar uma vitória socialista no país, temendo por seus interesses político-econômicos na região. Um possível governo da democracia-cristã era aos olhos de Washington a melhor saída para aquele impasse.

O programa de Frei – caracterizado por seu slogan “Revolução em Liberdade” – apresentava-se como uma alternativa à revolução proposta por Allende a qual, na visão das elites, fatalmente desembocaria em algum momento em uma ruptura definitiva com o jogo legalista-burguês. O governo de Eduardo Frei, portanto, “(...) surgia como a alternativa norte-americana para à Revolução Cubana, diante de um capitalismo latino-americano em crise e de polarização à esquerda pelos efeitos imediatos do triunfo de Fidel Castro e seus companheiros” (SADER, 1991, p. 44).

Dessa forma, essa “Revolução em Liberdade” de Frei tentava conciliar as ânsias do povo por melhoria social com os limites ao reformismo impostos pela burguesia; tratava-se de melhorar a vida do povo sem entrar em um confronto direto com as elites e a estrutura dos meios de produção. Em seu programa podemos destacar dois pontos principais: nele estava prevista a gradual “chilenização do cobre”¹⁵ e, talvez ainda mais polêmico, um novo intento de fazer a reforma agrária.

No entanto, a esperança de que sua revolução em liberdade fosse levada a frente rapidamente se viu frente a diversos obstáculos. Por um lado, as promessas feitas ao povo não foram cumpridas. As reformas não foram levadas até o fim, frustrando expectativas e fazendo a DC perder prestígio entre as massas. Por outro, as oligarquias chilenas viam-se

¹⁴Peter Winn, 2009, p. 53. / Ver também: Emir Sader, 1991, p. 46

¹⁵ Processo distinto da nacionalização que seria levada a cabo no governo Allende. “A “chilenização do cobre” foi um processo de nacionalização pactuado, em que o governo se propunha a comprar 51% das ações das companhias estrangeiras, minas que na verdade eram chilenas. Além disso o governo chileno dava várias garantias àquelas empresas, entre as quais uma diminuição dos impostos e taxa de câmbio e impostos de importação fixos por mais de vinte anos.” (SADER, 1991, p.46)

incomodadas com o avanço da reforma agrária e da sindicalização no campo, que ameaçavam a estrutura do latifúndio.

Os camponeses, justificadamente sentindo-se traídos pelas promessas vazias ou insuficientemente cumpridas da democracia-cristã, haviam começado a organizar greves e invasões de terra, aumentando as tensões no campo (SADER, 1991, p. 46). A situação não agudizou-se somente no meio rural, espalhando-se o clima de agitação também para as cidades.

(...) o tímido reformismo democrata-cristão ficou no meio do caminho, vacilando, recuando diante das dificuldades das reformas que tratava de realizar, favorecendo o esclarecimento e aguçamento de contradições seculares com dificuldade de se expressar. Diante desses obstáculos, o governo de Frei entrou em crise, passando a assumir posições crescentemente conservadoras e abandonando as reformas pouco a pouco (SADER, 1991, p. 47-48).

Em Santiago e outros centros urbanos (mas principalmente na capital, que até hoje concentra a maior parte da população chilena), setores marginais da população também organizavam-se para clamar por seus legítimos anseios, principalmente por habitação – *una casa digna* –, promovendo protestos, greves e a tomada de espaços. Eram em sua maioria moradores das *poblaciones*¹⁶ chilenas, o equivalente em algum nível às favelas/comunidades no Brasil.

Ao fim, a democracia-cristã havia decepcionado a gregos e a troianos. Conseguiu agitar a população de despossuídos do país, mobilizando-os a reclamar por seus direitos, mas foi incapaz de manter suas promessas de reforma, seu lado da barganha. Além disso, acabou por alertar a direita e as elites para o perigo subterrâneo que representava o movimento de massas advindo da população destituída.

Como resultado disso, a DC, que há pouco tempo imaginava ser possível finalmente estabelecer-se como partido hegemônico, viu muito de sua influência esvair-se no decorrer do governo Frei (mas principalmente no período a partir de 1967)¹⁷. No início eufórico de seu

¹⁶ As “poblaciones” que abundam no entorno de Santiago são produto da urbanização rápida e destrambelhada que caracterizou o continente. Em 1930, mais de 50% da população do Chile já vivia em cidades. Massas de camponeses, antes trabalhando e vivendo da terra, viam-se expulsos de seu modo de vida e forçadas a fazer o êxodo para centros urbanos.

¹⁷ “É preciso agregar, a propósito, que é no período 1967-1970 que o reformismo da DC entra em crise aberta. Se bem os projetos reformistas da DC tiveram como consequência estimular a

termo, imaginava-se que a DC ganharia a maioria no Congresso nas eleições parlamentares de 1969, fortalecendo substancialmente seu poder político.

Isso, no entanto, não aconteceu: essas eleições mostraram democratas-cristãos haviam perdido praticamente 30% de seu apoio em apenas três anos. Ao final, consolidou-se a configuração política que ficou conhecida como “os três terços”, com a esquerda, direita e centro recebendo mais ou menos um terço do voto cada um (WINN, 2009, p. 56). Todavia, não foi só prestígio e apoio político que a democracia-cristã havia visto esfumar-se diante de seus olhos: houve implicações à sua própria estrutura de poder.

A Democracia Cristã terminou fraturando-se internamente, principalmente entre sua ala direitista, que viria a radicalizar-se e assumir posições cada vez mais golpistas – e também a dominar o partido durante o governo Allende – e sua fração esquerdista, que defendia uma espécie de união entre todas as esquerdas (WINN, 2009). Deste último grupo, alguns passariam a orbitar a esfera allendista, criando o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPI ou MAPU, em português).

O MAPI terminaria unindo-se à coalizão das esquerdas conhecida como a Unidade Popular¹⁸ (UP). O “eterno candidato” da esquerda, que anteriormente já havia tentado três vezes, é escolhido uma vez mais como candidato nas eleições de 1970, representando a UP. Ao fim, em setembro do ano referido, é o socialista Salvador Allende quem ganha o voto popular, com um programa de transição pacífica ao socialismo. O Chile novamente despontava como exceção, cercado como estava de ditaduras de segurança nacional.

Antes mesmo do povo sair às ruas em comemoração, a dançar e cantar em celebração pela vitória de Allende, *el compañero presidente*, forças internas e externas muito poderosas acertavam detalhes de seu

organização de certos movimentos de massas – os camponeses, por exemplo –, é no momento de sua crise manifesta que o movimento de massas demonstra sua evolução desde o começo do governo Frei” (MARINI, p. 169, 2019)

¹⁸ A Unidade Popular era uma coalizão que incluía o Partido Socialista, o Partido Comunista, o Partido Radical, o Partido Social-Democrata, o MAPU (Movimiento de Ação Popular Unitária) e a Ação Popular Independente (ALEGRÍA, 1983).

plano, pondo as últimas engrenagens em movimento. Não havia tempo a perder nem limites que não pudessem ser ignorados.

O objetivo de todas essas maquinações? Impedir a eleição de Allende, se possível. Caso sabotar as eleições não resultasse como esperado, o curso de ação das forças golpistas (estadunidenses ou não) se radicalizaria, como de fato ocorreu.

A ordem era tomar quaisquer medidas necessárias para destruir sua via chilena ao socialismo, ao custo que fosse. Não bastou aos romanos reduzir Cartago à ruínas depois das guerras; precisaram também salgar-lhe a terra para que dali nada mais surgisse. Intentaram fazer o mesmo ao Chile: não bastava matar o líder de sua revolução e silenciar as forças populares que haviam recrudescido suas mobilizações no governo allendista. Tinham, também, a mais difícil tarefa de tornar o próprio conceito de “revolução” algo do passado – uma impossibilidade. Mas estamos nos adiantando.

2. *Se abrirán las grandes alamedas*: a eleição de Salvador Allende e a volta do socialismo à cena latino americana (1970 - 1973).

2.1. Os eufóricos primeiros passos em direção à revolução chilena e o programa de governo da Unidade Popular.

Socialismo na América Latina? Em pleno ano de 1970? Quando a ditadura militar brasileira se consolidava e emergia como modelo político e de crescimento econômico para seus vizinhos? Quando a Argentina seguia mergulhada num regime militar há quatro anos, depois de um longo ciclo de instabilidade política, desde a proscricção do peronismo em 1955? Quando a Bolívia, entre idas e vindas, via se imporem sempre novos governantes militares? Quando os EUA eram governados por Richard Nixon e por Henry Kissinger? E quando Cuba estava isolada e as guerrilhas em refluxo na América Latina? (SADER, 1992, p. 35)

Há uma peculiaridade sobre as regras eleitorais para eleger o presidente chileno que merece certa atenção. No Chile, caso não se consiga ganhar uma maioria absoluta dos votos na eleição presidencial por nenhum candidato – ocorrência bem comum no país, devido ao seu sistema multipartidário –, é incumbência do Congresso decidir entre os dois candidatos mais votados e ratificar um vencedor.

Portanto, apesar de ter vencido por uma margem estreita na eleição, a vitória eleitoral de Allende não significou uma imediata tomada de posse. Sua corrida presidencial ainda não estava exatamente concluída.

Desde a Constituição de 1925, que instituíra essa prerrogativa, a tradição havia sido a de eleger o candidato com o maior número de votos, seguindo a decisão popular mesmo que por uma pequena margem de vantagem (WINN, 2009). Na eleição de setembro de 1970, Salvador Allende havia ganhado por 36,3%, enquanto o segundo lugar, Jorge Alessandri, do Partido Nacional, ficou com 34,9% dos votos. Radomiro Tomic, candidato da Democracia Cristã, ficou em terceiro com 27,8%.¹⁹

O resultado da eleição mal havia sido confirmado quando desatou-se uma movimentação por um golpe parlamentar, objetivando impedir a posse de Allende. Pela primeira vez desde 1925, o Congresso entrou em grave crise quanto a seguir ou não sua tradição de confirmar o candidato com o maior número de votos. Jorge Alessandri tentou negociar com os democratas-cristãos, os quais “controlavam o equilíbrio de poder entre esquerda e direita”, para impedir a confirmação de Allende no Congresso.

Washington, mais do que estar a par dessa movimentação golpista, havia participado ativamente dela, apelando até mesmo ao suborno de congressistas chilenos (WINN, 2009). O plano não foi para frente mas o caso é emblemático, pois demonstra que haveria toda sorte de obstáculos, legais ou não, postos no caminho do novo presidente e de seu governo.

¹⁹ WINN, 2009, p. 69-70.

Em 28 de outubro de 1970, um comando terrorista de extrema-direita apoiado pela CIA, assaltou o carro do general-em-chefe do Exército à época, René Schneider. O plano era sequestrá-lo, objetivando fazer tudo parecer uma ação terrorista vinda da *esquerda*. Dessa forma, imaginava-se que se conseguiria assustar suficientemente os militares, incitando-os à intervenção direta.

No entanto, quando do assalto, o general Schneider, “conhecido por sua atitude constitucionalista” (ALEGRÍA, 1983, p. 68), reagiu com sua pistola e terminou sendo baleado fatalmente na troca de tiros em seguida. Esse evento, contrariando as expectativas da extrema-direita e dos Estados Unidos, acabou por chocar o país inteiro: o Congresso, a sociedade e até mesmo os militares.

Como lo del soborno no resultó, planeó secuestrar al comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, general René Schneider, por un supuesto comando de izquierda, que en realidad era un grupo neofascista, con la idea de provocar el caos y una intervención militar. (...) el plan tuvo el efecto contrario: una oleada de horror sacudió el país y el Congreso por unanimidad entregó a Salvador Allende la presidencia (ALLENDE, 2008, p. 173)

Frente a esse ato terrorista, temia-se por um escalonamento geral da violência. Ao Congresso não restou outra alternativa senão votar pela aprovação de Salvador Allende como presidente, que viria a tomar posse em 3 de novembro. Antes disso, no entanto, a DC impôs ao novo presidente que assinasse um documento chamado “Sobre as Garantias Constitucionais”, no qual Allende era intimado a reiterar seu comprometimento para com o cumprimento da Constituição e a proteção da institucionalidade vigente (SADER, 1991).

Imaginava-se que Allende tomaria essa obrigação como uma afronta e, então, se negasse a assinar o documento. Ele, no entanto, o fez sem pestanejar, afinal não estava em seus planos romper com a institucionalidade burguesa: sua via dependia disso. “(...) Allende, desde o princípio, havia assumido integralmente o papel de presidente constitucional e havia decidido afirmar-se a partir da legalidade de seu *status*, a despeito de que tal conduta implicasse uma adaptação aos limites impostos pela institucionalidade burguesa” (MARINI, 2019, p. 43).

Finalmente, então, Allende chegou ao poder. *El compañero presidente*, como era conhecido por seus apoiadores, o representante por excelência das classes mais desfavorecidas²⁰, chegara ao Palácio de la Moneda e trazia com ele uma espécie de reatualização do socialismo como tópico na América Latina. O Chile despontava como uma novidade surpreendente, ou talvez como uma espécie de perigosa aberração, dado o tenso clima político da época, nada propenso ao avanço de governos “vermelhos”.

Nessa conjuntura de Guerra Fria, a qual implicava uma tensa divisão bipolar do mundo entre a esfera capitalista e a comunista, na qual a ameaça nuclear parecia sempre pairar como consequência última, a vitória de Allende e esse ressurgimento do socialismo como possibilidade política assustavam profundamente a Washington e o grande capital.

Desde o surpreendente sucesso da Revolução Cubana, onde a pequena ilha havia não só feito frente quanto *ganhado* contra a maior potência do mundo, os EUA haviam reafirmado-se no papel de vanguarda da contrarrevolução. Principalmente através da Agência Central de Inteligência (CIA), mas também lançando mão de invasões militares, sabotagem econômica e outros mecanismos de coerção, os EUA fizeram de tudo para impedir o avanço de uma possível onda vermelha na região.

Ainda em 1960, Che Guevara havia dito, em discurso diante do povo cubano²¹, reunido para ratificar uma vez mais o respaldo à Declaração de Havana, que o maior temor dos EUA era que o exemplo de Cuba se alastrasse pelas Américas, transformando a Cordilheira dos Andes em uma nova Sierra Maestra, borbulhando de guerrilheiros prontos para pegar em armas.

Se o exemplo de Cuba repercutira devido a valentia de seu povo em levantar-se em armas e reintroduzir a via insurrecional como uma opção na luta contra o imperialismo e de construção do socialismo, o

²⁰ “O Palácio de la Moneda se abriu. Para os caminhantes, os caminhos diminuíram: as pesadas e nobres portas da rua Moneda se abriram de par em par e, por elas, entraram os colonos do sul, os mineiros da Cordilheira da Costa, os pescadores de Chiloé, os coletores do deserto. Allende era o presidente do povo, o camarada presidente.” (ALEGRÍA, 1983, p. 70)

²¹ “Por eso nos temen, por eso quieren aislarnos y quieren destruirnos, porque tienen miedo de que este ejemplo cunda y de que por toda América se extinga el latifundio, y, antes que todo eso, por toda América empiecen a nacer las barbas guerrilleras y toda la Cordillera de los Andes se convierta en otra Sierra Maestra. A eso le temen, a nuestro ejemplo.” (GUEVARA, 2014, p. 12)

exemplo do Chile carregava consigo um outro tipo de “ameaça”, tão ou mais perigosa que a via cubana – ao menos para os estadunidenses.

Como dito, a via chilena propunha uma transformação advinda de *dentro* do Estado, ou seja, a transição ao socialismo seria gestada no seio da institucionalidade vigente, sem ter-lhe ameaçado os alicerces. Temia-se que outros países tentassem seguir o exemplo do Chile. De acordo com Hersch (1982, p. 39, apud ALEGRÍA, 1983, p. 69):

Não creio que ninguém se tenha verdadeiramente dado conta de que Henry [Kissinger] via Allende como uma ameaça muito maior do que o próprio Castro. Se a América Latina alguma vez ia pôr ordem na casa, não seria com Castro. Allende era um exemplo vivo das reformas sociais sob a democracia na América Latina (...) O Chile horrorizava Kissinger.

O país avançava na construção de um projeto socialista próprio, uma experiência sem antecedentes históricos. Na década de 1970, a esmagadora maioria de seus vizinhos – Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai – ou estavam em processo de transformação ou já haviam estabelecido-se como ditaduras de segurança nacional, apoiadas largamente pelos EUA e pelo grande capital (nacional ou não) na cruzada contra o socialismo.

O programa da Unidade Popular previa uma transição gradual e pacífica ao socialismo, ou seja, se propunha a fazê-lo sem uma ruptura insurrecional e a subversão da constitucionalidade vigente. Se tratava de uma revolução *dentro da ordem* burguesa, ou seja, almejava-se transformar a sociedade e a economia a partir das regras já instituídas pelo legalismo burguês.

Imaginava-se que não haveria uma situação de “dualidade de poderes”²², como acontecera em Cuba, na China ou na Rússia, onde forças populares organizaram-se para *tomar* o poder e derrocar o Estado, subvertendo a ordem vigente no processo. No caso do Chile, a mudança partiria de *dentro* do Estado, irradiando-se a partir do Executivo: uma revolução vinda de cima. Dessa forma, imaginava-se ser possível, a partir das estruturas políticas do próprio jogo democrático-burguês, mudar a

²² Uma situação de dualidade de poderes, na perspectiva marxista, seria a situação “em que coexistiriam por um tempo órgãos de poder de dois tipos adversos, até que um deles se impusesse ao outro” (SADER, 1992, p. 44).

natureza do Estado burguês, metamorfoseando-o para um Estado popular.

A estratégia da UP era, portanto, ir ocupando paulatinamente diversos espaços dentro do aparelho estatal, partindo do Executivo para incorporar outras áreas e promover reformas substanciais ao corpo econômico, político e social do país. Assim, ambicionavam transformar profundamente as estruturas econômicas chilenas (com a criação de uma área de propriedade social) e aprofundar reformas populares, principalmente a agrária.

O objetivo do governo de Allende era o da instauração do socialismo mediante uma transformação gradual da economia, da sociedade e do Estado chilenos. A economia seria reorganizada em moldes socialistas a partir da criação de uma área de propriedade social, que deveria englobar os grandes monopólios e que passaria a desempenhar assim um papel retor no desenvolvimento econômico (...) (SADER, 1992, p. 44)

Em essência, eram estes os objetivos (ao menos no plano formal) da Unidade Popular: realizar profundas reformas graduais, em etapas, visando uma transição pacífica ao socialismo ou, como é mais conhecida, a via chilena ao socialismo²³. Nas palavras de Sader, “O acúmulo de transformações graduais desembocaria finalmente numa mudança qualitativa, de natureza, do Estado e da sociedade chilena” (SADER, 1992, p. 44).

Allende começou a tomar uma série de medidas para dar início a esse processo ainda em 1971, atentando-se primeiramente às necessidades imediatas da população chilena, algumas sendo problemáticas já históricas e outras que requeriam respostas de curto prazo. Economicamente, o Chile raramente saiu de debaixo da sombra da estagflação, ou seja, estagnação econômica acompanhada de um aumento inflacionário constante (WINN, 2009).

Mesmo nos momentos de relativo crescimento, ficava claro que somente umas poucas elites se enriqueciam, como aconteceu com o ciclo

²³ No livro *A Revolução Chilena*, Peter Winn afirma que: “O programa da Unidade Popular vislumbrava quatro importantes mudanças estruturais que, em conjunto, lhe dariam o controle dos principais setores da economia: a recuperação das “riquezas [minerais] básicas” do país, particularmente das minas de cobre; a nacionalização dos bancos; uma reforma agrária profunda; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas. Esses eram o cerne de “*los cambios*” (“as mudanças”) que se tornaram sinônimo da revolução chilena.” (WINN, 2009, p. 78)

do salitre, enquanto a esmagadora maioria da população vivia em condições de extrema pobreza. Além disso, o país estava marcado por um grave déficit habitacional, o qual piorou com o êxodo forçado das populações camponesas para as cidades, aumentando drasticamente o número de *poblaciones* nos centros urbanos.

Para tal fim, o presidente decretou o congelamento de preços de certos bens e gêneros alimentícios e um substancial aumento dos salários, o qual deveria funcionar como fomentador do aumento da demanda e, como consequência, promover uma redistribuição real de renda (SADER, 1992). Além disso, fomentou a construção civil, principalmente direcionada para sanar esse déficit habitacional.

Para além da realização de obras públicas planejava-se, principalmente, a construção de novas casas (*habitaciones*), principal reclamo da população de *pobladores*, como uma espécie de New Deal chileno, processo que ambicionava gerar empregos e reativar a economia. “A construção de moradias em uma escala sem precedentes foi projetada tanto como uma solução para esse déficit quanto para a estagflação da economia (...)” (WINN, 2009, p. 64).

O presidente também estabeleceu o direito de toda criança chilena receber gratuitamente no mínimo meio litro de leite por dia, além de incorporar a grande maioria delas (90%) ao sistema escolar, criou novas escolas e jardins de infância, etc (ALEGRÍA, 1983). Tendo tomado essas medidas mais imediatistas, mas não menos importantes, Allende seguiu para as reformas estruturais imprescindíveis ao projeto da via chilena.

Primeiramente, o governo retomou a reforma agrária, que havia sido iniciada e abandonada no governo democrata-cristão de Eduardo Frei, avançando na luta contra o latifúndio que, em menos de dois anos do governo da UP, haveria virtualmente deixado de existir no país.

Por meio de sucessivas desapropriações pôs fim ao latifúndio, expropriando todas as propriedades rurais com mais de 80 hectares de irrigação básica. Essas expropriações beneficiaram cerca de 100 mil famílias camponesas e a superfície do setor reformado alcançou 35% do total da terra agrícola. A oligarquia latifundiária foi expropriada, deixando de existir juntamente com o latifúndio no Chile (SADER, 1992, p. 45).

Iniciou também o processo de nacionalização do sistema bancário chileno e de outras empresas essenciais, tentando trazer para a esfera de controle do Estado as principais empresas de produção e distribuição, além de promover a nacionalização do cobre. Esta talvez tenha sido a medida de maior contundência de seu governo, algo tão crucial que nem mesmo Pinochet em sua onda “neoliberalizante” haveria de reverter (KLEIN, 2008). O cobre era a maior riqueza chilena à época²⁴ e estava, assim como o salitre estivera antes, em mãos estrangeiras. Para realizar tão grande feito, Salvador Allende fez uma jogada de mestre.

Depois de comprovar os exorbitantes lucros auferidos por empresas estadunidenses, que haviam extraído em 50 anos de exploração mais riqueza do que o Chile havia tido produzido como patrimônio nos últimos 400 anos (ALEGRÍA, 1983, p. 70), Allende conseguiu não só nacionalizar o cobre, como fê-lo sem tirar um centavo dos cofres chilenos.

Contando com a aprovação unânime do Congresso, o presidente havia, em um só movimento genial, nacionalizado a maior riqueza de exportação do país e, tendo comprovado que qualquer indenização possível já havia sido paga devido ao acúmulo de lucros claramente acima da média para o setor, evitou também o pagamento de compensações milionárias para as empresas desapropriadas. Eram principalmente a Anaconda, que explorava Chuquicamata, e a Kennecott Corporation, dona do minério de El Teniente.

Apesar de todos esses êxitos, marcando 1971 como o ano mais produtivo do governo da Unidade Popular, aumentando assim a esperança de que a revolução chilena fosse ser um sucesso, esta sofreria graves retrocessos a partir do final desse mesmo ano. Internacionalmente, como ficou revelado em uma série de documentos que vieram à público mais tarde, ainda em 1970 Nixon já havia dado a

²⁴ Na década de 1970, o cobre já representava $\frac{2}{3}$ de toda exportação chilena (WINN, 2009, p. 63), ou seja, a maior parte das divisas do país advinham, uma vez mais, de um só produto. Vale ressaltar novamente que o movimento pela nacionalização era substancialmente diferente da “chilenização” do cobre como a proposta por Eduardo Frei, como demonstrado no capítulo anterior.

ordem do dia, que pode ser resumida em uma frase: “*make the economy scream!*”²⁵

Os EUA lançaram mão de todo método legal e ilegal para desestabilizar a economia chilena, semeando em seu caminho obstáculos dos mais diversos, visando sufocar as mudanças que estavam em curso. Não era para menos. Como já demonstrado, a administração Nixon entendia a eleição de Allende e a revolução chilena como uma ameaça existencial²⁶ aos seus interesses político-econômicos na região e no mundo.

No âmbito interno chileno, diversos setores burgueses e conservadores da sociedade também declararam guerra ao governo, unindo-se ao esforço pela desestabilização, utilizando-se de sua maior vantagem que é, ultimamente, a detenção da propriedade privada dos meios de produção. Eram essas elites que também detinham em suas mãos a maior parte da mídia, que utilizavam à sua revelia para atacar o governo, espalhando campanhas de desinformação propagandísticas visando desestabilizar ainda mais o Executivo.

Assim, antes mesmo de chegar 1972, o grande capital chileno já havia iniciado sua própria forma de sabotagem, atacando diretamente a relação produção-consumo. Tinha início, pois, a campanha de desabastecimento ou, melhor colocado, iniciava-se a contagem regressiva para a implosão da revolução chilena.

No entanto, antes de discorrer sobre o fatídico último ano de governo da UP (1973), já em seu maior ponto de inflexão, faz-se imprescindível falar sobre a dualidade na condução da revolução chilena. Somente a partir dessas considerações é que poderemos compreender melhor esse processo, suas diversas matizes e contradições, e extrair desse caso emblemático algumas lições históricas.

²⁵ Em tradução livre ao português, seria “faça a economia gritar!”. Uma série de documentos oficiais comprovam a ativa participação de Nixon e Kissinger na contrarrevolução que aconteceu no Chile: além de espionagem, ajuda econômica e organizatória à setores golpistas, os EUA tentaram de tudo para sabotar economicamente o país. https://www.democracynow.org/2013/9/10/40_years_after_chiles_9_11

²⁶ “In short, by mid-september 1970 the U.S. government had officially adopted a policy of all-out intervention in Chile. This policy had been formulated by Dr. Kissinger in President Nixon’s name. Official American policy anticipated subversive action of every kind (excluding the massive introduction of troops from the United States) and a systematic plan to provoke economic chaos in Chile, with the aid of private corporations like ITT.” (URIBE, 1975, p. 62)

2.2. Os atritos entre a revolução dentro da ordem e a insurreição dos despossuídos.

Nesse momento, cabe-nos fazer algumas importantíssimas considerações sobre a revolução chilena. Tentaremos nessa seção fazer uma breve anatomia das correlações de força e os diferentes atores nela envolvidos, de forma a melhor compreender a complexidade desse processo político.

Esse programa da Unidade Popular que delineamos, encabeçado por Salvador Allende, disputado por meios legais e dentro das instituições burguesas, não era a única forma que a via chilena assumia, nem o Executivo o único ator de peso em sua condução. Apesar do *compañero presidente* ser a “cara” da revolução chilena, um processo como tal não se leva a cabo somente com as altas esferas do poder, necessitando obrigatoriamente apoiar-se em outras forças sociais para ganhar substância.

Há uma tendência a tornar a revolução um fato “mítico” e “heróico”, ao mesmo tempo *individualizado* e *romântico*. Várias tradições convergem no sentido de anular o papel por assim dizer de suporte e instrumental das massas e salientar as figuras centrais, por vezes as “figuras heróicas e decisivas”. (FERNANDES, 2018, p. 21)

Essa revolução dentro da ordem convivia com um movimento mais subterrâneo, advindo dos estratos populares, das camadas despossuídas, que definitivamente assumia um caráter mais insurrecional de luta – a revolução vinda de baixo que, aliás, precede em décadas a primeira. Seus protagonistas eram os camponeses, estudantes, mapuches, operários, mineiros, *pobladores*, trabalhadores, os quais já estavam empreendendo lutas próprias quando Allende chegou ao poder.

A revolução vinda de baixo começou antes mesmo de Allende tomar o poder, por meio de uma onda de ocupações de terras desocupadas nos subúrbios das principais cidades do Chile (...) Favelados sem-teto em busca da casa digna já vinham “*tomando sítios*” há mais de duas décadas, um reflexo tanto do enorme déficit habitacional do país quanto da migração rural, causa importante dessa crise habitacional. (WINN, 2009, p. 91)

Esse movimento de massas, como apontado anteriormente, vinha crescendo e tornando-se ainda mais ativo desde a crise do governo Frei que agudizou-se em 1967²⁷ (MARINI, 2019). Apostavam na palavra de Allende, que se havia comprometido a não utilizar as forças de segurança do Estado para reprimir esses movimentos sociais.

Fato este certamente inédito na história do Chile, se levarmos em conta que a grande maioria de seus presidentes, senão todos, havia lançado mão dos braços armados do Estado, do seu monopólio pretensamente legítimo da força, para suprimir violentamente greves e revoltas no passado.

A exemplo, o governo do democrata-cristão Eduardo Frei, predecessor de Allende, se elegera com a promessa de realizar uma “revolução em liberdade”, em oposição à violência de uma “revolução sem liberdade” (ou seja, marxista). Na realidade, Frei mobilizou, diversas vezes, exatamente contra o povo com o qual se havia comprometido, esses aparatos de segurança, sendo o massacre de Puerto Montt de 1969 apenas um dos exemplos.

Não é de se estranhar que as massas, principalmente os camponeses e os mineiros, sendo os principais alvos dessa repressão estatal, tenham optado por afastar-se das promessas vazias da Democracia Cristã. Esses grupos destituídos, então, encontraram na ocasião do governo de Allende uma abertura propícia para avançar sua própria empreitada por reclamos sociais, principalmente por habitação, posse da terra, entre outros²⁸.

²⁷ “Ironicamente, a revolução rural vinda de baixo não se iniciou no Vale Central do Chile, centro dos grandes latifúndios e alvo da lei democrata-cristã de reforma agrária de 1967. Em vez disso, começou nas florestas do sul do país, terra natal dos mapuche, primeiro grupo indígena do Chile, que haviam resistido com sucesso à conquista dos europeus durante todo o período colonial (...)” (WINN, 2009, p. 94)

²⁸ “(...) no caso dos *pobladores*, “*una casa digna*” (própria); no caso dos camponeses, uma terra própria; no caso dos indígenas, a terra que antes era deles; no caso dos trabalhadores industriais, a nacionalização da sua fábrica e posterior controle dos trabalhadores” (WINN, 2009, p. 90) Para além disso, faz-se necessário frisar, novamente, que esse movimento de massas precede o governo da UP.

Para a maioria dos chilenos, no entanto, as palavras que lhes permitiam realizar uma revolução vinda de baixo foram as declarações de Allende de que, como presidente, ao contrário de seus predecessores, não iria usar as forças de segurança do Estado para reprimir o “povo”. (...) as palavras de Allende eram um sinal de que eles podiam tomar a revolução nas mãos e realizar seus sonhos sem temer a repressão. (WINN, 2009, p. 90-91)

Suas táticas e objetivos, no entanto, nem sempre se alinhavam com a transformação gradual, em etapas e dentro do marco institucional burguês, como a proposta pela UP. Logo, conforme o processo revolucionário chileno foi avançando, foi ficando claro que havia grandes discrepâncias na forma de conduzi-lo, principalmente em se tratando de quem eram os atores nele envolvidos ou, melhor, quem seriam seus *protagonistas*, a ditar o curso das transformações.

O ritmo lento e pragmático da revolução vinda de cima – ou seja, a advinda das altas esferas do poder público – se chocava com as reverberações que vinham de baixo, das massas, forçando o processo revolucionário chileno a adequar-se. De acordo com Peter Winn:

Finalmente, alguns desses envolvidos na revolução vinda de baixo passaram a se ver como os “verdadeiros revolucionários”, e os líderes da revolução vinda de cima como meros “reformistas”. As tensões que se desenvolveram entre as revoluções vindas de cima e as de baixo nunca foram totalmente resolvidas. Por todas essas razões, a revolução vinda de baixo alterou significativamente o escopo, a sequência, o momento certo, a tática e a estratégia da revolução chilena, bem como seu caráter e curso. (WINN, 2009, p. 91)

Podemos observar, portanto, que no desenrolar do processo chileno foram aumentando as discordâncias entre o movimento de massas e a forma burocrática, etapista, com a qual avançava o governo da UP: um hiato cada vez maior entre as táticas, objetivos e o curso próprio que tomaria a revolução. Havia uma dualidade na condução do processo revolucionário, algo que ficaria cada vez mais claro conforme o processo *contrarrevolucionário* ganhava forma e fôlego, suscitando diferentes respostas das forças envolvidas.

Tomemos como exemplo dessa divergência na condução do processo revolucionário a tomada da Yarur que era, à época, a maior fábrica têxtil de algodão do país, localizada em Santiago. No dia 28 de abril de 1971, os trabalhadores da fábrica se organizaram e tomaram o

controle desta, exigindo de Allende que a nacionalizasse, como ele havia prometido que faria em sua campanha (WINN, 2009).

Apesar de estar nos planos de Allende, aquele não era o tempo nem a forma com a qual o presidente gostaria de ter conduzido a incorporação da Yarur à área de propriedade social. Nesse caso, ficam explícitas algumas das tensões que caracterizavam essa dualidade na condução da revolução. Os operários haviam tomado as rédeas em suas próprias mãos, avançando por conta própria o processo revolucionário, deixando óbvio que este não se daria somente nos corredores do Palácio de la Moneda e do Congresso.

Apesar da tomada da fábrica ter ocorrido contra o entendimento controlado e etapista da Unidade Popular, além de fugir de seu controle, não restava ao presidente, apesar de sua reticência inicial, outra alternativa senão aquiescer às exigências dos operários e nacionalizar, mesmo que antes do previsto,²⁹ a Yarur. Afinal, sua maior fonte de apoio, o elemento imprescindível para realizar as mudanças as quais se propunha, a pedra angular de seu governo, era exatamente o povo, fossem os mineiros grevistas, os camponeses, ou os operários que tomaram a fábrica – e Allende compreendia isso melhor que ninguém.

A fábrica ex-Yarur, a primeira a ser tomada pelos trabalhadores e nacionalizada pelo governo Allende, permanecia na vanguarda da revolução. Tornou-se a primeira fábrica a implementar um sistema de coadministração com os trabalhadores, e também a primeira a transformar sua oficina de manutenção em uma fábrica de peças de reposição em resposta ao embargo não declarado dos Estados Unidos. Os trabalhadores da ex-Yarur mantiveram a promessa que fizeram a Allende de trabalhar duro para colocar a fábrica “a serviço do povo do Chile”. No processo, continuaram sendo os principais protagonistas da revolução chilena – quer no recinto da fábrica, nas reuniões de coadministração ou nas ruas de Santiago. (WINN, 2009, p. 121)

A Unidade Popular, limitada por sua incapacidade de desvencilhar-se da institucionalidade burguesa e do tipo de legitimidade

²⁹ “Para Allende, no entanto, a tomada da maior fábrica têxtil de algodão do Chile pelos trabalhadores em 28 de abril de 1971 e a exigência de que ele a nacionalizasse eram uma ameaça à sua estratégia controlada e paulatina de revolução vinda de cima, segundo a qual a incorporação das indústrias de produção do Chile à área de propriedade social deveria ser adiada até que a aquisição e expropriação dos bancos e das empresas estrangeiras estivesse concluída, para dessa forma dividir, isolar e neutralizar os setores bem-sucedidos da burguesia nacional durante a transição para o socialismo.” (WINN, 2009, p. 103)

por ela concedida³⁰, foi também inapta na criação de uma forma própria – diga-se, popular – de avançar essas pautas. De acordo com Marini, no desenrolar do processo revolucionário chileno, “(...) o governo aferrou-se cada vez mais ao Estado burguês, em vez de se apoiar na mobilização revolucionária do povo” (MARINI, 2019, p. 125).

O MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária) nunca participou formalmente da coalizão vencedora, mas sempre esteve ativo, mesmo que à sua margem, preferindo estabelecer diálogo direto com a população, como os mapuches ao sul. O MIR, diferentemente da UP, pregava a via armada como condição *si ne qua non* de defesa e avanço do processo revolucionário, informados como eram pelo exemplo cubano de luta. Foram eles, inclusive, que por um tempo organizaram a guarda pessoal do próprio Salvador Allende.

Como já enfatizamos, a Unidade Popular era uma coalizão de partidos, amalgamando diferentes pontos de vista sobre como governar, com quem deveria-se fazer alianças, que táticas deveriam ser utilizadas e quando, que programa seguir, entre outras tantas diferenças. Foi ficando claro que, dentre seus integrantes, o Partido Comunista (PC) foi ganhando força até estabelecer-se como a liderança da coalizão, o que ocasionaria uma série de implicações diretas e indiretas para o desenrolar dos eventos políticos em questão.

Podemos destacar, por importante fato, que houve um grande esforço por parte do PC para isolar o MIR, tentando neutralizar seus ideais “ultraesquerdistas”, afastando-o da coalizão, já que tinham optado por uma aliança que julgavam mais segura. No cálculo de forças do PC, apesar de todas os sinais de perigo (já bem claros em 1972), era mais necessário aproximar-se à robustez oferecida pela Democracia Cristã e os setores sob sua influência do que aferrar-se à força de movimentos populares de cunho insurrecional³¹.

³⁰ “A característica essencial do governo da Unidade Popular consiste precisamente em sua incapacidade para romper com uma determinada fonte de legitimidade – aquela outorgada pela democracia representativa burguesa, através do processo eleitoral – e fundar uma nova legitimidade baseada na organização massiva do povo” (MARINI, 2019, p. 124).

³¹ “Compreende-se, assim, principalmente na medida em que as conversas indicavam um acordo de fundo entre as duas forças, que o PC se lançasse violentamente contra aquela base programática e jogasse todo seu peso para isolar o MIR do governo e da UP, enquanto preparava o diálogo com a DC.” (MARINI, 2019, p. 47)

Todavia, faltava a esta equação um importantíssimo elemento, algo de tão grande importância que deveria ter mudado todo o cálculo feito: a radicalização e atitude crescentemente golpistas por parte da DC (MARINI, 2019). Ainda em dezembro de 1971, a classe média e outros setores sob a influência da Democracia Cristã foram às ruas para protestar contra o desabastecimento, que já aparecia como problema dos mais sérios, no que ficou conhecido como a “marcha das panelas vazias”. De acordo com Sader:

Mais para o final do primeiro ano de governo iniciou-se a estratégia econômica de asfixia por parte da oposição. A produção começou a diminuir, produtos a faltar e a reaparecer no mercado negro, enquanto a própria burguesia, responsável por isso, mobilizava donas de casa para sair às ruas, batendo panelas vazias, em protesto contra o desabastecimento. (SADER, 1992, p. 46)

A burguesia, portanto, avançava em sua empreitada contra o governo, promovendo o desabastecimento como arma política desestabilizadora e, ao mesmo tempo, auferindo lucros recordes com o mercado negro, no qual a especulação lhes garantiam margens de lucro muito acima da média (MARINI, 2019). Às custas da deterioração da situação do país e das pessoas, que viam-se disputando produtos cada vez mais escassos, as elites mantinham seu esforço para asfixiar o governo enquanto lucravam com um desabastecimento de sua própria autoria.

Como pontuamos na terceira seção do primeiro capítulo, quando da eleição de Allende, a DC havia fraturado-se internamente, o que ocasionou uma mudança em seu direcionamento político. A dissidência se deu principalmente pelos elementos mais à esquerda do partido, os quais vieram a reagrupar-se e criar o MAPU (Movimiento de Acción Popular Unitária) em 1969, unindo-se então à Unidade Popular.

Houveram outras ramificações em consequência dessa fratura interna do partido, das quais iremos destacar uma, que cremos fundamental, dado sua relevância aos eventos que transcorreram a partir de 1970. A Democracia Cristã sofreu uma espécie de rearranjo interno de sua correlação de forças, no qual a direita radical foi ganhando mais peso

político até assumir por completo o comando partidário, afastando da direção outras alas mais moderadas.

Durante a década de 1960, os democratas-cristãos eram um partido centrista com alas que chegavam a tocar tanto a esquerda quanto a direita, mas que possuía um discurso de mudança social e uma ideologia de reforma que o fazia parecer um partido de centro-esquerda. Após o fracasso de sua “revolução em liberdade”, a perda das eleições de 1970, a rejeição de Allende à oferta de Tomic de uma grande “aliança de todas as esquerdas” e a divisão de grande parte da sua ala esquerda, os democratas-cristãos se moveram para a direita e fizeram alianças eleitorais com os nacionalistas, embora mantendo sua liberdade de ação no Congresso chileno. (WINN, 2009, p. 143)

Por conseguinte, podemos observar que houve um deslocamento da posição do partido, historicamente considerado “centrista” – denominação decerto debatível – para uma configuração definitivamente mais reacionária e, a partir de 1972, uma posição abertamente golpista. Dessa forma, a Democracia Cristã aderiu com veemência à fileira de opositores do governo, recrudescendo o movimento reacionário que visava a sabotagem do projeto socialista.

A partir dessa mudança de posicionamento, uma vez mais na história, o Congresso chileno entrou em pé de guerra com o Executivo. Assim, aquele tentou paralisá-lo de todas as formas, impondo constantes trocas ministeriais, desestabilizando como podia o poder presidencial – assim como acontecera a Balmaceda, oitenta anos antes.

No âmbito legal, restava como derradeira esperança da oposição a destituição de Allende por via das eleições parlamentares de março de 1973, onde esperavam conseguir os $\frac{2}{3}$ dos lugares na Câmara necessários para tal manobra. Fechava-se o cerco, a contrarrevolução agora partiria para o enfrentamento frontal e aberto, caindo em peso contra o governo e seus apoiadores – 1973 seria o ano da batalha pelo Chile.

3. Crônica de uma morte anunciada.

3.1. “*Por la razón o la fuerza*”.

Es posible o no en las condiciones actuales de nuestro Continente lograrlo (el poder socialista, se entiende) por vía pacífica? Nosotros contestamos rotundamente: en la gran mayoría de los casos, no es posible. Lo más que se lograría sería la captura formal de la superestructura burguesa del poder, y el tránsito al socialismo de aquel gobierno que, en las condiciones de la legalidad burguesa establecida llega al poder formal, deberá hacerse también en medio de una lucha violentísima contra todos los que traten, de una manera u otra, de liquidar su avance hacia nuevas estructuras sociales. (GUEVARA, 2014, p. 108)

Em dezembro de 1971, Fidel Castro foi em visita oficial ao Chile, a primeira a uma nação latino-americana desde a expulsão de Cuba da OEA em 1962, ocasionada por pressões dos Estados Unidos, em seu esforço para isolar a ilha politicamente do resto da região. Salvador Allende, que visitara Havana em janeiro de 1959, quando da comemoração do triunfo da Revolução, agora retribuía o favor, convidando o líder cubano “para solidificar o seu apoio por parte da esquerda, ajudar a conter o MIR e unificar sua coalizão rebelde” (WINN, 2009, p. 133).

Em seu quase um mês de estadia no país andino, no entanto, o efeito da visita teve certos efeitos adversos ou, pelo menos, distintos do esperado, e também inescapáveis ao controle de Allende. A visita do líder

revolucionário mais afamado da época teve um efeito polarizante, tanto para bem quanto para mal.

O MIR, longe de afastar-se de suas tendências insurrecionais e táticas guerrilheiras, vira-se reafirmado em sua posição, o que ia de encontro aos desígnios da UP, engessada, como já demonstramos, na legitimidade concedida pela ordem burguesa. Por outro lado, houve um efeito deveras positivo: pôde-se confirmar uma aproximação geral da esquerda em torno do processo revolucionário chileno.

No entanto, assim como a visita fortalecera a união das forças à esquerda, ela também serviu, em contrapartida, para causar um incômodo ainda maior na oposição, a qual já aguardava ansiosamente qualquer deslize do governo e, agora, tinha uma motivação a mais para mobilizar a empreitada contrarrevolucionária (WINN, 2009). Para as elites conservadoras do Chile, a visita de Fidel certamente lhes parecia um mau agouro, dado que ele, exemplo vivo de um processo revolucionário que, não muito longe dali, havia sido capaz de organizar o poder popular e tomar o poder das elites cubanas, que, mesmo mancomunadas com o completo apoio do imperialismo estadunidense, pereceram frente a tenacidade do povo cubano.

Portanto, a estadia de Fidel Castro no Chile não havia rendido os resultados precisamente como o esperado, mas havia certamente mobilizado, de diferentes maneiras, as divergentes forças político-sociais que viriam, nos anos subsequentes, a enfrentar-se para decidir em que direção caminharía o país.

Enquanto é certo que o líder cubano havia feito rejubilar milhares de chilenos leais à via chilena, unidos em demonstrações históricas para vê-lo e escutar seus discursos, nos bairros altos de Santiago, em mansões de mármore e escritórios modernos, no country club e nos corredores do Parlamento, os opositoristas se alarmavam, temerosos dos efeitos da visita do revolucionário.

Como último fato de importância, pelo menos para o que é pertinente ao trabalho, podemos falar de como Fidel aproveitou o ensejo para presentear Salvador Allende com um presente um pouco atípico, mas de grande valor simbólico: um rifle AK-47. Entre outras coisas, o

gesto foi feito na direção de adverti-lo, de forma que não esquecesse da ferocidade da reação contrarrevolucionária que, ao contrário de Allende, não se fiaria aos limites de nenhuma legalidade. De acordo com o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes:

(...) a democracia burguesa sempre se revelou muito débil e facilmente propensa às contrações contrarrevolucionárias dos regimes ditatoriais. Sob a guerra civil aberta, a pressão autodefensiva da burguesia torna-se virulenta e se coloca acima de qualquer “legalidade” (...) (FLORESTAN, 2018, p. 34).

Historicamente, pode-se observar que, frente à mudança revolucionária, ao avanço do poder popular e a possibilidade de perder as rédeas dos processos políticos, o Estado burguês e a legitimidade por ele concedida muitas vezes foram solapados, esvaziados de sentido, pela própria burguesia. .

O lema do escudo nacional chileno, “por la razón o por la fuerza”, talvez faça ainda mais sentido ao checarmos que, em grande parte, nos processos políticos chilenos, assim como os da maioria da América Latina, confirmou-se sempre um predomínio da força sobre a lei. Mesmo no Chile, uma das “Suíças da América Latina”, como é denominado por alguns, uma análise mais minuciosa³² de sua história nos revela que a força, principalmente a militar, tem sido largamente utilizada para resolver as crises geradas pelas contradições inerentes à produção capitalista.

Allende, no entanto, ao longo de sua longa trajetória política, décadas no serviço público em diversas atribuições, sempre se havia apresentado e agido conforme um candidato constitucional, um homem observante dos códigos legais e defensor da institucionalidade. Mesmo em 1973, ano no qual já era fato indiscutível que seu governo enfrentava o ápice da crise, atacado por vias legais e ilegais, *el compañero presidente* e a cúpula da Unidade Popular se negaram a ir além dos limites do que lhes eram permitidos pela via institucional. “No fundo, eles estavam comprometidos demais com a esfera democrática à qual

³² Los chilenos no teníamos idea de lo que eso significaba, porque habíamos gozado de una larga y sólida democracia, y nos jactábamos de ser distintos a otros países del continente, que llamábamos despectivamente “repúblicas bananeras”, donde a cada rato un caudillo se apoderaba del Gobierno a balazos. No, eso jamás nos ocurriría, sosteníamos, porque en Chile hasta los soldados eran democráticos y nadie se atrevería a violar nuestra Constitución. Era pura ignorancia, porque si hubiéramos revisado nuestra historia, conoceríamos mejor la mentalidad militar (ALLENDE, 2008, p. 178)

dedicaram suas vidas públicas para optar pela via armada.” (WINN, 2009, p. 149)

As eleições parlamentares realizadas em 3 de março de 1973, no entanto, não corresponderam nem às expectativas da oposição chilena, nem as dos Estados Unidos, certos de que não só era possível, mas provável, que conseguissem finalmente forçar a destituição de Allende a partir de um voto majoritário contra seu governo. Quando os resultados das urnas foram conferidos, os reacionários tiveram uma surpresa: a Unidade Popular havia conseguido uma vitória histórica, ampliando muito sua expressão tanto no Congresso quanto no Senado, mesmo que não a ponto de formar uma maioria.

A renovação do Parlamento (...) era a derradeira tentativa de saída institucional por parte da direita que, se conquistasse os 2/3 dos votos necessários, poderia depor Salvador Allende por meio de um impedimento parlamentar. Mas desse ponto de vista as eleições levaram a um impasse: a Unidade Popular conseguiu 44% dos votos, um resultado superior ao esperado, suficiente para impedir o golpe branco da direita, mas insuficiente para conquistar a maioria de que o governo carecia. Para a direita, não restava senão o golpe militar, se desejava interromper o governo de Allende. (SADER, 1992, p. 48)

Devemos prestar atenção especial ao recrudescimento do poder da UP, pois isso reflete o apoio incondicional das camadas populares que, mesmo frente aos desafios do desabastecimento e ao aumento visível das tensões de classe no país, continuavam a marchar em defesa da via chilena. Foram esses mesmos estratos populacionais que foram às fábricas, campos e estradas do Chile, tomando em suas mãos o controle da produção e distribuição, quando da crise de outubro de 1972.

Somado ao desabastecimento de produtos, ocasionado pela sabotagem aberta da burguesia, detentora dos meios de produção e distribuição, nesse outubro referido houve também uma paralisação de caminhoneiros, em parte financiado por dólares ianques. O objetivo era deteriorar ainda mais a situação econômica do país, paralisando a cadeia de distribuição do país, aumentando o clima de insatisfação geral entre a população e desestabilizando o governo, em uma manobra para forçar sua derrocada.

Como dito, no entanto, uma vez mais o poder popular saiu às ruas, reafirmando sua posição na vanguarda do processo revolucionário e impedindo que a crise de outubro perdurasse. Em um esforço geral e hercúleo, demonstrando a capacidade organizativa dos protagonistas da revolução vinda de baixo, os despossuídos chilenos uniram-se para responder à campanha burguesa e imperialista contra o governo, conluio que já havia sido denunciado pelo presidente em discurso na ONU em 1972.

Assim, uma vez mais os setores populares haviam provado sua enorme tenacidade e força política, demonstrando-se imprescindíveis para o avanço do processo revolucionário e para a defesa do governo legítimo de Salvador Allende, impedindo que a greve dos caminhoneiros surtisse o efeito esperado, que era o de paralisar o país e derrubar o presidente no caos subsequente.

But the strike, which was heavily financed by clandestine dollars, fell through. The Chilean people rallied as they never had before. Industry and agriculture went on producing, preventing a stoppage loss, under the management of workers and against the wishes of the owners. It was an experience of popular control of economic power. (URIBE, 1975, p. 119)

Esse foi, certamente, um momento de importância ímpar, comprovando outra vez do que era capaz o povo leal ao governo, sua capacidade organizativa e sua vontade por tomar parte direta no curso dos eventos que transcorriam. Todavia, infelizmente, a situação em 1973 era das mais graves. A crise econômica, a volatilidade política e as convulsões sociais agitavam o país, fazendo seus alicerces tremerem como se um outro tipo de terremoto, distinto aos decorrentes das atividades sísmicas, estivesse a abalar as estruturas chilenas.

Ao final de 1971, a política redistributiva do governo, que fez duplicar a quantidade de dinheiro em circulação na economia, também serviu para dar gás à inflação, problema crônico no Chile, o qual foi aumentando exponencialmente até explodir em 1973 (WINN, 2009). O aumento geral na renda (de praticamente 30%), que levou mais pessoas a consumirem mais produtos a que antes não tinham acesso, encontrava na deficiência produtiva do país seu maior obstáculo. Havia um enorme

hiato entre a crescente demanda do mercado consumidor e a limitada capacidade de produção nacional.

Em 1970, o Chile era uma economia semidesenvolvida, com uma capacidade industrial limitada, grande parte da qual dependente da tecnologia, energia e matérias-primas importadas. De início, o aumento na demanda foi positivo, permitindo que as fábricas vendessem seu estoque de produtos e pusessem em funcionamento máquinas e mão de obra inativas. Mas quando essa capacidade ociosa foi ativada e as fábricas passaram a produzir com sua capacidade total, a única maneira de produzir mais produtos era importar mais maquinário e investir pesadamente na expansão da produção. (WINN, 2009, p. 141)

Para tentar lidar com essa problemática, de forma a manter a elevação do padrão de vida, o governo teve de queimar suas reservas cambiais, importando o que não podia produzir. Somado a esse quadro, à época do governo Allende, o cobre estava valendo praticamente três quartos de seu valor anterior à eleição do socialista, ou seja, havia outro problema na forma de escassez de divisas geradas pela queda do valor da principal commodity chilena (HOBSBAWM, 2016). A “guerra secreta” de Washington também continuava: as agências de crédito se negavam a fazer empréstimos ao Chile, o que asfixiava ainda mais sua economia.

A partir da metade de 1973, mesmo para os mais otimistas, tornaram-se tangíveis as graves tensões, as divisões dentro da sociedade chilena estavam afloradas, os atritos entre a revolução e a sua contraparte levavam a uma situação inconciliável. Algo havia mudado no ar e o que antes parecia a possibilidade de guerra civil agora configurava-se como uma inevitabilidade. Isso não poderia ter ficado mais claro do que em 29 de junho, no que ficou conhecido como o *tancazo*, um prelúdio do que estava por vir em setembro.

Nesse dia, o Regimento de Blindados nº 2 sublevou-se e um grupo de militares liderado por um oficial neofacista dirigiu-se ao Palácio de la Moneda (WINN, 2009), abrindo fogo contra a sede do poder presidencial e outros prédios governamentais. Duas dezenas de pessoas, incluindo alguns civis, morreram na alteração. A sublevação, no entanto, agia sozinha e não contava com o respaldo de outros setores, a ação era própria de um lobo solitário, bem diferente da ação concertada que ocorreria logo menos.

Nos bastidores, os conspiradores golpistas dentro do aparato militar se valeram do evento como um barômetro da situação, revelando-lhes quem ainda mantinha-se leal ao governo. Era a figura do general Carlos Prats, comandante-em-chefe das Forças Armadas, ferrenho constitucionalista, que impedia uma definitiva guinada radicalizante dentro da hierarquia militar. “O *tancazo* deixou claro que o general Prats era o principal obstáculo dentro das Forças Armadas a um golpe militar.” (WINN, 2009, p. 169)

Para piorar a situação do governo e desferir um golpe debilitante à qualquer possibilidade de resistência popular, entre os meses de julho e agosto, valendo-se da lei de controle de armas aprovada no Congresso, as Forças Armadas começaram a desarmar setores leais à Allende, invadindo casas, fazendas, fábricas, universidades e outros locais onde havia apoiadores do governo. Como nos aponta Alegría:

O Chile estava paralisado. O Congresso aprovou uma legislação mortal para o poder operário: uma lei de confisco de armas. Patrulhas do Exército, da Aeronáutica e da Marinha agiram rapidamente, desarmando os cinturões industriais e as povoações camponesas. (ALEGRÍA, 1983, p. 74)

Bastava uma denúncia anônima para legitimar a ação militar de busca e apreensão. Além da brutalidade que demonstravam nas invasões (WINN, 2009), para os militares esse confisco significou que o palco para o golpe estaria ainda mais livre. Semanas antes do golpe, já era possível dizer que o país estava sob controle militar. Desarmados, era praticamente impossível que os trabalhadores e o povo pudessem oferecer resistência ao que viria – morria a perspectiva de resistência pelas armas.

3.2. O trágico fim da via chilena.

Em resposta ao respeito às tradições democráticas do povo chileno, mantendo abertos os partidos políticos, a imprensa, as associações empresariais, Allende recebeu o golpe militar e a ruptura com todas as normas de convivência democrática. O povo chileno pagou caro os erros que o levaram a ser vítima

dessa situação, sem armas, nem organização e preparo político para defender suas conquistas. (SADER, 1992, p. 52)

Ainda nesse fatídico mês de agosto, duas outras medidas ajudaram a cementar o destino trágico da revolução chilena. Primeiramente, no dia 23, a Democracia Cristã apresentou uma acusação de ilegitimidade contra o governo, adiantando-se e tentando impedir uma manobra do Partido Nacional (PN), que queria avançar um projeto declarando o governo inconstitucional. De qualquer forma, como nos pontua Marini, “(...) o resultado foi o mesmo, isto é, estimular o golpismo nas Forças Armadas.” (MARINI, 2019, p. 54)

Em segundo lugar, mas não menos importante, houve a substituição do general Carlos Prats, alvo de uma campanha difamatória na imprensa e pressões do alto escalão militar. Objetivando amainar os ânimos, tentando evitar que se extrapolasse ainda mais a tensa situação, a UP chegaria “(...) ao ponto de ceder às exigências da direita para retirar dos cargos de comando os oficiais leais ao governo e de permitir a repressão dos setores antigolpistas da tropa” (MARINI, 2019, p. 57).

Quando Prats renunciou aos cargos de ministro da Defesa e comandante-em-chefe das Forças Armadas, o general indicou a Allende seu segundo em comando para o cargo máximo da hierarquia militar – o general Augusto Pinochet. Prats considerava-o uma pessoa de sua confiança, alguém até ali considerado por muitos um verdadeiro “constitucionalista”, assim como fora seu predecessor. Essas suposições provariam-se, mais que errôneas, verdadeiramente catastróficas para o destino da revolução chilena.

Salvador Allende, rodeado por inimigos de todos os lados, ainda tentou um último recurso. O presidente pretendia ir à televisão no dia 11 de setembro, frente à gravíssima crise pela qual passava o país, para apresentar um plebiscito no qual a população votaria pela continuação ou não de seu governo. Mais um erro de percepção, no entanto, fê-lo informar a Pinochet, na noite anterior, de suas intenções – este, avisado, adiantou o golpe militar. Em lugar de um plebiscito, houve o golpe de Estado.

Assim, há 48 atrás, em 11 de setembro de 1973, o democraticamente eleito presidente do Chile, Salvador Allende, encontrava-se sitiado por terra, ar e mar pelas Forças Armadas de seu país, largamente apoiados pelos Estados Unidos e outras ditaduras de segurança nacional latinoamericanas, além das elites reacionárias chilenas. Neste enfático dia, de dentro do edifício símbolo do poder presidencial chileno, Salvador pronunciou seu famoso último discurso endereçado à nação chilena, antes de que os militares conseguissem, por fim, interromper suas derradeiras palavras.

“Colocado en un tránsito histórico, pagaré con mi vida la lealtad del pueblo”, pronunciou-se através da Radio Magallanes, único canal de transmissão ainda disponível ao governo Allende. Reiterava que não se renderia aos golpistas, os quais exigiam sua renúncia imediata. Não parecia estar nos planos do presidente entregar-lhes também essa última concessão -- chegara ao poder pelas urnas, havia governado dentro dos limites da constitucionalidade e morreria sem abandonar suas convicções. Continuou com seu discurso, a eternizar-se na história: *“Podrán avasallarnos, pero no se detienen los procesos sociales ni con el crimen, ni con la fuerza; la historia es nuestra y la hacen los pueblos”* (ALLENDE, 2013).

Pouco tempo depois, deu-se a ordem: aviões da aeronáutica, que antes sobrevoavam a área, iniciaram pesado bombardeio ao palácio presidencial. Allende, sozinho dentro do edifício, trajando um capacete de operário mineiro, classe que muito lhe havia apoiado, resistiu até o último momento que pôde. Empunhava o fuzil-metralhadora AK-47 que lhe havia sido presenteado por Fidel Castro em ocasião de sua visita ao país em 1971 (SADER, 1992), disposto a pagar o preço último por suas convicções.

Não havia saída para o golpe de Estado. Mesmo seu último discurso, que tentou motivar o povo a levantar-se em defesa do governo legítimo, não foi suficiente por uma variedade de razões. O *compañero presidente*, como era chamado pela grande massa que o apoiava, se matou antes de que os militares lhe pudessem render. Sua morte

marcava um trágico fim da legítima e constitucional experiência socialista no país, apelidada *la via chilena*.

É importante ressaltar, novamente, que essa legitimidade da qual estamos falando seria em seu entendimento no marco legalista burguês. Allende, durante todo seu governo, avançou seu projeto mantendo sempre o pluripartidarismo, livre-imprensa e resistindo às agressões de seus inimigos, legais ou ilegais, dentro da constitucionalidade. Suas ações foram levadas a cabo sem nunca fugir às regras do jogo democrático-burguês -- ou seja, esteve sempre dentro da “legitimidade”.

Atitude talvez louvável, mas que teve consequências trágicas para o destino da via chilena: Allende falhou em compreender que a oposição não teria o mesmo apreço e respeito à ordem vigente. Para além disso, como também já pontuamos, a UP e Allende optaram pela aliança com outros partidos como a DC, pela defesa da democracia burguesa, em lugar de criar e fortalecer um poder popular no qual se apoiar. De acordo com Winn, “(...) o que fica evidente em retrospecto é que a escolha de Allende de abandonar a revolução vinda de baixo e manter seu caminho democrático condenou a revolução chilena à derrota.” (WINN, 2009, p. 165)

As análises de Ruy Mauro Marini, que estava em exílio no Chile depois de ter de fugir da ditadura brasileira, talvez tenham um valor ímpar para o argumento de que o fim da revolução chilena realmente se tratava, infelizmente, de uma inevitabilidade. O teórico brasileiro escreveu a maioria das seções de seu livro “*O Reformismo e a Contrarrevolução: Estudos sobre o Chile*” enquanto os eventos aqui descritos estava transcorrendo. Marini, mais que estudar a situação, também a viveu e dela participou. E ele nos escreve, quanto ao fim trágico, mas de certa forma inevitável, da via chilena, que:

O leitor não extrairá daqui todos os ensinamentos, ou pelo menos não todos os de maior relevância, do enfrentamento de classes mais radical – e, por isso mesmo, o mais pedagógico – observado na América Latina. Terá, porém, elementos para refletir com maior segurança e entender melhor como e por que razão o reformismo, pelo próprio fato de abalar a sociedade burguesa até seus alicerces sem se atrever a destruí-la, acaba se transformando na antessala da contrarrevolução (MARINI, 2019, p. 23)

Pode parecer fácil, quiçá até um pouco desonesto, com o benefício de estarmos analisando os eventos a partir de nosso lugar no futuro, dizer que o fim da via chilena era uma inevitabilidade, ou que a experiência tenha sido uma futilidade – não queremos afirmar nada nesse estilo. A revolução chilena sempre será dos eventos chave na história de nosso continente, uma experiência única e de singular importância. No entanto, devemos também lembrá-la como uma advertência, um exemplo vivo dos limites do reformismo e da ferocidade da contrarrevolução do capital.

De acordo com Florestan Fernandes:

(...) a democracia burguesa não é bastante forte para conter os antagonismos gerados pela produção capitalista e pelo desenvolvimento do capitalismo. Essa forma política de democracia não comporta a *contraviolência dos proletários e oprimidos*, porque esta extingiria as bases econômicas, sociais e políticas da dominação burguesa, isto é, ela não pode conferir *liberdade igual* a todas as classe sem se desintegrar. Por isso, é impossível *reformular o capitalismo* de uma forma proletária. (FLORESTAN, 2018, p. 55)

A própria ausência de qualquer precedente histórico para as mudanças que se pleiteavam (a transição ao socialismo pela via eleitoral) não era reflexo de que ninguém havia tentado fazê-lo (a Nicarágua havia tentado um caminho que envolvia tanto a via institucional quanto a armada), mas sim da impossibilidade de reformar o capitalismo por dentro dele próprio de forma pacífica. É por isso que o reformismo pode chegar a abalar estruturas nas quais se assenta a sociedade burguesa, mas é incapaz de destruí-la.

O país, que há pouco estava experimentando uma série gradual de transformações estruturais, fruto de uma revolução socialista realizada através de meios pacíficos, tragicamente trilhava agora o caminho para tornar-se uma espécie de “experimento” neoliberal. Com a morte de Allende, iniciou-se uma readequação radical da sociedade chilena, fazendo-a passar por um brutal processo regressivo dos direitos e reformas começadas nos três anos do governo da Unidade Popular (UP).

Para a América Latina, era uma espécie de ponto final para as revoluções populares de esquerda que tanto marcaram a segunda metade do século XX, deixando a pequena Cuba como último bastião do socialismo no continente. Apesar de suas derradeiras bravas palavras ao

povo chileno, durante a longa noite instaurada pela ditadura ocorreria precisamente o inverso do afirmado por Allende. No entanto, como afirmado por Eric Hobsbawm, que também escrevia à época dos acontecimentos, devemos nos lembrar, manter fresco na memória, o fato de que “(...) o governo de Allende não cometeu suicídio, mas foi assassinado. O que acabou com ele não foram os erros políticos e econômicos e a crise financeira, mas armas e bombas.” (HOBSBAWM, 2016, p. 448)

4. Chile, laboratório neoliberal.

4.1. A longa noite sob a ditadura de Pinochet.

Para dar una idea de lo que fue el golpe militar, hay que imaginar lo que sentiría un norteamericano o un inglés si sus soldados atacaran con armamento de guerra la Casa Blanca o el palacio de Buckingham, provocaran la muerte de millares de ciudadanos, entre ellos el presidente de Estados Unidos o la reina y el primer ministro británicos, declararan el Congreso o el Parlamento en receso indefinido, destituyeron la Corte Suprema, suspendieran las libertades individuales y los partidos políticos, instauraran censura absoluta de los medios de comunicación y se abocaran a la tarea de expurgar toda voz disidente. (ALLENDE, 2008, p. 181)

Principalmente desde a década de 60, o Chile havia sido visto como um ambiente amigável à teóricos de esquerda que, exilados de países como o Brasil, necessitavam recorrer a outras nações nas quais pudessem estar a salvo do assassinato, da perseguição e da tortura. Além disso, no país andino encontraram um ambiente propício à continuação de sua produção acadêmica. Foi lá que, por exemplo, o grupo de Brasília³³ pôde reunir-se e substanciar a teoria marxista da dependência (WASSERMAN, 2017).

³³ O grupo de Brasília, como ficou apelidado por terem sido chamados a ministrar na Universidade de Brasília (UnB) por Darcy Ribeiro, era composto pelo alemão André Gunder Frank e pelos brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Essa situação, no entanto, mudou radicalmente quando do golpe de 11 de setembro. A partir dali, houve um novo êxodo forçado de milhares de pessoas que, por um motivo ou outro, fossem consideradas subversivas. Pelas sujas mãos de Augusto Pinochet, o país seria violentamente redirecionado para uma ditadura militar de segurança nacional³⁴, dentre as tantas que já infestavam o continente.

Em um espaço de poucos anos, primeiro o Uruguai e então a Argentina seriam também subjugados por juntas militares: ainda na metade da década de 70, o Cone-Sul inteiro estava sob o “fenômeno” das ditaduras. De acordo com Darcy Ribeiro, estas são “(...) o correspondente político inevitável do domínio de nossa economia pelas corporações transnacionais, que, não podendo ser legitimado pelo voto popular, tem que ser imposto pela mão de governos militares.” (RIBEIRO, 2017, p. 88)

Pinochet, que governou como verdadeiro sátrapa por quase 17 anos, foi extremamente eficiente em seu trabalho, lançando mão de quanto método atroz fosse necessário na tarefa de dominar o povo e remodelar a nação chilena. Mesmo quando perdeu o plebiscito de 1988, no qual se pleiteava a continuação ou não de seu governo, Pinochet se fez eleger como comandante-em-chefe das Forças Armadas por mais oito anos, podendo assim tutelar o processo de redemocratização chileno. De acordo com Sader:

Pinochet se manteria no poder durante 16 anos e meio e, quando se viu obrigado a entregar o posto a um presidente eleito pelo voto popular, resguardou suas prerrogativas militares, fazendo-se eleger comandante-em-chefe do Exército para um mandato de mais oito anos. Instalou-se assim como tutor da democracia chilena que, se antes de 1973 tinha conseguido manter os militares quase sempre afastados do poder político, passou a ter que contar com essa presença, mesmo depois de terminado o período de ditadura militar. (SADER, 1992, p. 53)

Ao contrário do afirmado pelo *compañero presidente* em suas últimas palavras, a força e o crime foram capazes não só de travar as mudanças em curso, como também reestruturaram a sociedade chilena

³⁴ De acordo com Roberto Martins, a doutrina de segurança nacional, que se espalharia pela América Latina, tem sua gênese nos EUA em 1947, com a criação do *National Security Act*, como resposta do país ao avanço comunista. “Por trás de cada reivindicação, de cada greve, de cada luta social, está sempre o dedo do “comunismo internacional”. Deste modo não existem classes sociais nem interesses diferentes, opostos ou antagônicos entre elas. A nação é aquele todo homogêneo; a oposição, a subversão comunista!” (MARTINS, 1986, p. 28)

para que se encaixasse, à força, aos moldes neoliberais. Assim que usurparam o poder, Pinochet e os militares foram rápidos em instaurar um terrorismo de Estado caracterizado por seus extremos de violência e regressividade. Darcy Ribeiro se faz imprescindível, por ter criado uma série de tipologias úteis para melhor explicar os diferentes regimes que dominaram os processos políticos latinoamericanos.

Caracterizam-se também por sua tendência ao retrocesso na política nacionalista dos regimes que os antecederam; à regressão nas conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores e à repressão mais violenta contra toda oposição, sobretudo a de esquerda. (...) Esses regimes *regressivos*, surgidos como reação a supostas ameaças revolucionárias, são tanto mais *repressivos* quanto maior tenha sido o pavor que as referidas ameaças provocaram nas classes dominantes. No Chile, contrapondo-se a um governo em marcha para o socialismo e que enfrentou com firmeza as ameaças de golpe militar, o regime contrarrevolucionário alcançou extremos de retrocesso social e de violência repressiva. (RIBEIRO, 2017, p. 40)

Assassinatos, censura, desaparecimentos, perseguição, repressão às mobilizações populares: é difícil enumerar tão numerosa lista de crimes. Não só por ser exaustiva tarefa, mas também por ser impossível precisar, em todas suas minúcias, os inúmeros impactos desse terrorismo estatal. Esses extremos de violência por parte do regime militar, que configuravam um verdadeiro Estado de terror, eram a condição necessária para pôr em prática as drásticas medidas neoliberais, as mesmas que não haviam sido bem-recebidas quando o país trilhava veredas mais democráticas. De acordo com Winn (2009, p. 186), “(...) esse Estado de terror também foi uma violência contrarrevolucionária – para impedir que a resistência à contrarrevolução econômica e social que a ditadura estava prestes a iniciar (...)”.

Para além de todos esses horrores cometidos contra o povo chileno, a ditadura pinochetista também conseguiu deixar, como mais um de seus legados perniciosos, a autoritária Constituição de 1980³⁵. Essa nova Carta, que substituía a de 1925, implicava uma mudança radical no

³⁵ “No fundo, a Constituição de 1980 de Pinochet criou uma “democracia protegida” – protegida pelas Forças Armadas de seu próprio povo e de suas escolas democráticas. Os direitos civis eram limitados pelas exigências de segurança nacional, e as Forças Armadas foram transformadas nos árbitros da segurança nacional. Nessa democracia tutelar, os militares seriam envolvidos tanto em funções administrativas quanto legislativas. (...) Na verdade, a Constituição legitimava a permanente militarização da política chilena.” (WINN, 2009, p. 194)

que se trata das atribuições, das prerrogativas do Estado para com a população. A partir dela, retiravam-se uma série de obrigações constitucionais que antes guiavam a ação daquele: o caráter social, de defesa do bem-estar geral da população agora não figurava como uma incumbência do Estado. “O caráter social do Estado chileno, por sua vez, foi liquidado, privatizando-se os serviços da educação, da saúde, da previdência social.” (SADER, 1992, p. 53) É possível perceber, nessa nova Constituição, um instrumento cuja principal função era, além de “legitimar” o governo de Pinochet, permitir, através de mecanismos constitucionais, uma transformação do caráter próprio do Estado chileno.

Lançando mão de uma verdadeira doutrina do choque, utilizando-se aqui o termo como foi cunhado pela autora Naomi Klein³⁶, foram capazes de reverter as profundas transformações sociais que foram postas em curso no governo Allende. Ainda em 1974, a junta militar permitiu que os preços dos bens de consumo fossem desregulados, além de ter decretado um congelamento de salários, “reduzindo muitos trabalhadores chilenos a uma dieta de pão, chá e cebolas” (WINN, 2009, p. 188).

Em termos reais, na direção contrária da política de renda redistributiva de Allende, o salário do trabalhador médio havia despencado em apenas alguns meses. Além disso, o regime iniciara uma flexibilização de direitos trabalhistas, processo que se cristalizaria mais a frente, em 1981³⁷. Em realidade, mais que uma “reversão” para os tempos pré-socialistas, o regime militar perpetrou uma agudização ainda maior do abismo social de classes no país, com conseqüências a reverberar até os dias de hoje.

³⁶ “That is how the shock doctrine works: the original disaster – the coup, the terrorist attack, the market meltdown, the war, the tsunami, the hurricane – puts the entire population into a state of collective shock. The falling bombs, the bursts of terror, the pounding winds serve to soften up whole societies much as the blaring music and blows in the torture cells soften up prisoners. Like the terrorized prisoner who gives up the names of comrades and renounces his faith, shocked societies often give up things they would otherwise fiercely protect.” (KLEIN, 2007, p. 20)

³⁷ “Nessa época, o regime militar havia imposto um novo código de trabalho em prol dos negócios, que limitava a organização dos trabalhadores e a barganha coletiva, acabava com a segurança no emprego e com o direito à greve, eliminava a participação do trabalhador na administração e revertia os ganhos do trabalhador, conquistado em décadas de luta, além de estabelecer a “flexibilidade” administrativa no uso de sua força de trabalho e enfraquecer a regulação pelo Estado das condições de trabalho.” (WINN, 2009, p. 190)

Mais adiante no projeto discutiremos melhor sobre as heranças nefastas e longevas deixadas pelo modelo neoliberal no Chile. No presente momento, precisamos dedicar-nos à tarefa de analisar o processo de readequação da sociedade chilena a esse modelo. Afinal, o Chile foi um dos principais palcos de teste do neoliberalismo, um verdadeiro laboratório no qual foram primeiro aplicadas as medidas que viriam a espalhar-se pelo mundo, já como paradigma dominante, a partir da década de 80, com Reagan e Thatcher como dois de seus mais entusiastas defensores.

4.2. A Escola de Chicago e o projeto neoliberal à chilena.

O termo Escola de Chicago foi concebido na década de 1950 para se referir a um grupo de professores que lecionava no departamento de economia e que defendia o liberalismo e as teses monetaristas. Eram críticos do keynesianismo e da intervenção do Estado na economia (...) O laboratório das ideias liberais foi o Chile governado por Augusto Pinochet. No início dos anos 1970, Friedman foi a Santiago e muitas de suas concepções foram adotadas naquele país, como base da administração econômica da ditadura. Alguns de seus ex-alunos na pós-graduação do curso de economia da Universidade de Chicago, os *Chicago Boys*, ocuparam importantes ministérios no governo Pinochet. (WASSERMAN, 2017, p. 39)

Milton Friedman, à época o nome mais importante da Escola de Chicago e ávido defensor do que viria a ser chamado neoliberalismo, chegou a trabalhar diretamente com Pinochet, tendo finalmente uma chance de colocar à prova suas teorias econômicas (KLEIN, 2007). O palco para tal ensaio foi o Chile e, para a execução dos planos, necessitou-se de um regime extremamente autoritário, que usou da violência estatal para subjugar os setores da sociedade que pudessem oferecer resistência. Friedman havia sido o professor de muitos dos já referidos *Chicago Boys*, tecnocratas ferrenhos em sua concepção

fundamentalista do livre mercado³⁸, os quais também viriam a encabeçar, ao menos inicialmente, o plano econômico do governo ditatorial.

André Gunder Frank, que foi aluno de Friedman na Universidade de Chicago, e também integrante do grupo de Brasília, veio a tomar um caminho teórico radicalmente distinto do defendido por seu professor. Rebelou-se contra a ortodoxia econômica na qual fora instruído, vindo a tornar-se um dos pioneiros da teoria marxista da dependência, a qual já nos referimos. Em 1976, enviou uma carta intitulada “Economic Genocide in Chile”³⁹ direcionada a seu ex-professor, que figurava como conselheiro do então ditador Pinochet, para falar sobre os resultados do “tratamento” que o Chile havia recebido.

He [Gunder Frank] calculated what it meant for a Chilean family to try to survive on what Pinochet claimed was a “living wage”. Roughly 74 percent of its income went simply to buying bread, forcing the family to cut out such “luxury items” as milk and bus fare to get to work. By comparison, under Allende, bread, milk and bus fare took up 17 percent of a public employee’s salary (...) Gunder Frank saw a direct connection between the brutal economic policies imposed by his former classmates and the violence Pinochet had unleashed on the country. (KLEIN, 2007, p. 102).

A onda de privatizações, acompanhada sempre do corte de gastos sociais, medidas vistas como das mais imprescindíveis à receita neoliberal, pôs à venda serviços de ordem pública essenciais. Foi o caso da educação, do sistema público de saúde e até mesmo da previdência social, que então voltaram às mãos do capital burguês, fosse esse nacional ou não. É preciso ressaltar que esse sistema público de saúde do Chile havia sido idealizado e estruturado pelo próprio Salvador Allende, quando fora ministro da saúde no governo Aguirre, aos fins da década de 30.

Além disso, Allende havia investido pesadamente nesses mesmos serviços durante sua presidência, haja vista o caráter popular, de reforma

³⁸“Like all fundamentalist faiths, Chicago School economics is, for its true believers, a closed loop. The starting premise is that the free market is a perfect scientific system, one in which individuals, acting on their own self-interested desires, create the maximum benefits for all. It follows ineluctably that if something is wrong within a free-market economy – high inflation or soaring unemployment – it has to be because the market is not truly free. There must be some interference, some distortion in the system. The Chicago solution is always the same: a stricter and more complete application of the fundamentals. (KLEIN, 2007, p. 62)”

³⁹ <https://www.jstor.org/stable/4364704>

em prol do social, que caracterizara seu governo. O que vemos, ainda no começo do período ditatorial chileno e de seu projeto neoliberalizante, é o desmantelamento real das instituições que compõem um Estado de bem-estar social, o qual, mesmo que insuficiente, ainda oferecia certas proteções, um colchão social capaz de amainar as consequências da exploração capitalista sobre a população chilena. Em comparação ao ano anterior, o gasto público chileno já havia sido reduzido pela metade em 1974 (WINN, 2009).

Além dos serviços essenciais, os bancos e mercados de capital foram “libertados” do controle estatal. As empresas, muitas das quais haviam sido estatizadas e incorporadas à área de propriedade social da era Allende, voltaram novamente para controle privado. As barreiras tarifárias foram enormemente reduzidas, fato que, se veio a permitir a importação de bens suntuosos por parte da burguesia, também acabou por minar em sua base a capacidade de produção nacional de diversos bens, praticamente dando fim à política de substituição de importações.

Outro ponto de importância foi a transformação da estrutura agrícola do país⁴⁰. Em vez de simplesmente devolver as vastas extensões de terras aos seus antigos donos e talvez permitir a volta dos latifúndios, como era ansiosamente esperado por alguns, o governo de Pinochet utilizou-se da reforma agrária, iniciada por Frei e aprofundada por Allende, para reorganizar e modernizar a agricultura do país, reorientando-a para fins de exportação. Os camponeses, padecendo do remédio neoliberal, em sua maioria viam-se forçados a vender o que lhes restava de terra a preços baixos. Até mesmo as densas florestas, em sua maioria localizadas no sul do país (ou seja, território mapuche), estavam à venda.

Uma das únicas exceções ao processo de privatizações levadas a cabo no início da era Pinochet seria a estatal de cobre que Allende criara quando nacionalizara o cobre chileno, a Codelco, a qual permaneceria sob o controle rígido do Estado – medida esta que se provaria de importância crítica na década de 80, como veremos. Vale lembrar que a

⁴⁰ “(...) a modernização da agricultura chilena, que transformou um padrão extremamente ineficiente de agricultura mista em grandes propriedades voltadas para o consumo local, em uma moderna e eficiente agricultura de exportação, intensiva, concentrada na produção de frutas para mercados específicos no exterior (...) (WINN, 2009, P. 191)

exportação do cobre era vital para a economia chilena, equivalendo a $\frac{2}{3}$ de todas as divisas que entravam no país. Assim, manter o controle sobre esse minério era (e continua sendo) de vital importância para o Chile, além de que, a partir de um decreto do regime, 10% dos rendimentos da Codelco passaram a ir aos cofres das Forças Armadas. “Como resultado, mesmo *depois* da “revolução” econômica neoliberal de Pinochet, a maior empresa do Chile permaneceu pública (...)” (WINN, 2009, p. 192).

É sabido que as ditaduras latino-americanas, mancomunadas com os EUA, estabeleceram uma rede de troca de informações entre si – a Operação Condor⁴¹ – que permitiu a perseguição e eliminação de “subversivos” que houvessem fugido de seus países, executando operações de alta complexidade para eliminar alvos-chave. Foi o caso do general Carlos Prats, ex-comandante das Forças Armadas chilenas e ferrenho defensor do governo Allende, que havia se exilado na Argentina depois do 11 de setembro e, em 27 de setembro de 1974, foi vitimado dentro de seu próprio carro por uma bomba-relógio (GALEANO, 2021).

Talvez de maior relevância ainda seja o caso de Orlando Letelier, por demonstrar os níveis de segurança com a qual agiam as ditaduras em sua tarefa de eliminar, mesmo que em outros países, elementos que, por quaisquer motivos, fossem considerados um perigo. Letelier havia sido ministro da Defesa e também das Relações Exteriores, além de ter servido como embaixador do Chile nos EUA durante o governo da Unidade Popular.

Sua morte, seguindo o mesmo *modus operandi* do caso de Prats, foi também resultado de uma bomba-relógio instalada em seu carro, e aconteceria meros meses depois do ex-ministro ter publicado um artigo de denúncia contra o regime pinochetista. A grande e crucial diferença que podemos ressaltar, no entanto, foi a localização desse crime: Letelier foi assassinado em Washington, no centro de gravidade dos Estados Unidos, em 21 de setembro de 1976. O fato, por si só, demonstrava que as ditaduras latinoamericanas estavam confiantes o suficiente em si para

⁴¹“Since those wanted by the various juntas often took refuge in neighboring countries, the regional governments collaborated with each other in the notorious Operation Condor. Under Condor, the intelligence agencies of the Southern Cone shared information about “subversives” – aided by a state-of-the-art computer system provided by Washington – and then gave each other’s agents safe passage to carry out cross-border kidnappings and torture (...)” (KLEIN, 2007, p. 112)

perpetrar seus atos terroristas mesmo no território que é o coração da maior potência capitalista. De acordo com Galeano:

Em agosto de 1976, Orlando Letelier publicou um artigo denunciando que o terror da ditadura de Pinochet e a “liberdade econômica” dos pequenos grupos privilegiados eram as duas faces da mesma moeda. Letelier, que tinha sido ministro no governo de Salvador Allende, estava exilado nos Estados Unidos. E ali voou em pedaços pouco depois. Em seu artigo, sustentava que era absurdo falar em livre concorrência numa economia como a chilena, submetida aos monopólios que jogavam arbitrariamente com os preços, e que era risível mencionar os direitos dos trabalhadores num país onde os sindicatos autênticos estavam fora da lei e os salários eram fixados por decretos da junta militar. Letelier descrevia a minuciosa desmontagem das conquistas do povo chileno durante o governo da Unidade Popular. (GALENO, 2021, p. 308-9)

A denúncia dos crimes cometidos contra o povo chileno custara-lhe a vida. Internamente, o país continuou por mais alguns anos – até o início da década de 80 – seguindo à risca o que era proposto no programa dos *Chicago Boys*, a despeito dos resultados negativos que tornavam-se cada vez mais palpáveis. Em 1982, no entanto, mesmo com o afincamento com o qual fora seguido o receituário neoliberal, a economia chilena estava a ponto de explodir.

O “milagre chileno”, época em que o país começou a crescer a altos níveis anualmente, só ocorreria quando Pinochet, apercebendo-se da situação, adotou uma posição intervencionista e impôs uma série de mudanças radicais à gestão da política econômica, ignorando os vaticínios da ortodoxia de Chicago, radicalmente contrária às intervenções do Estado, em sua maioria mal-vistas. Apesar dessa posição, que se assume contrária ao intervencionismo estatal, por este ser causador de “distorções”⁴², em toda crise estrutural, ou seja, gerada pelo funcionamento do próprio capital (podemos pensar em 2008 como a mais próxima), é somente o intervencionismo do Estado e enormes injeções de

⁴² Em 1974, quando começou a tornar-se inegável os efeitos nefastos resultantes das políticas neoliberais seguidas à risca, a defesa dos *Chicago Boys* era que a economia não havia sido libertada de suas “distorções”. De acordo com Klein (2007, p. 97) “Sergio de Castro and the other *Chicago Boys* argued (in true *Chicago* fashion) that the problem didn’t lie with their theory but the fact that it wasn’t being applied with sufficient strictness. The economy had failed to correct itself and return to harmonious balance because there were still “distorções” left over from nearly half a century of government interference. For the experiment to work, Pinochet had to strip these distortions away – more cuts, more privatization, more speed.”

dinheiro público que impedem a bancarrota completa do sistema (MÉSZÁROS, 2009).

De qualquer forma, a partir de 1982, Pinochet teve que fazer uma drástica correção de curso, de forma a reorientar os caminhos que o país trilhava. Nesse ano, de acordo com Klein (2007, p. 104), “(...) despite its strict adherence to Chicago doctrine, Chile’s economy crashed: its debt exploded, it faced hyperinflation once again and unemployment hit 30 percent – ten times higher than it was under Allende.”

Ainda de acordo com a autora, muitas empresas e magnatas econômicos chilenos (*los pirañas*) haviam utilizado-se do fato dos mercados de crédito terem sido desregulados no país para contrair dívidas astronômicas, fazendo riquezas faraônicas às custas do endividamento pesado do Estado chileno, em uma conjuntura extremamente desfavorável para a região.

Se em 1973 o governo Allende estava queimando suas reservas cambiais para importar o que faltava ao país, principalmente em decorrência da campanha de desabastecimento promovida pelas elites, durante o governo Pinochet o Estado chileno chegou a um nível monumental de endividamento sem essa motivação social. De acordo com um relatório do Banco Mundial de março de 1989⁴³, “After the depression of 1982-83, the country's debt climbed over 100 percent of GDP, a combined effect of the economic crisis and of real depreciation of the Chilean peso”.

Entretanto, dessa vez, o país contraiu dívidas para a beneficiação de alguns poucos, e não para manter o padrão de vida da população, ameaçado pela sabotagem burguesa. Afinal, no que se refere ao âmbito econômico, “(...) os anos 1980 foram marcados por forte estagnação na América Latina, referidos como “década perdida”, fase de intensa retração da atividade industrial.” (WASSERMAN, 2017, p. 148) A única coisa que impedia a completa falência do Estado chileno, após a crise de 1982, era precisamente a Codelco, que Pinochet nunca privatizara e a qual mantinha um constante fluxo de divisas entrando no país, ainda mais

⁴³ Relatório disponível aqui:

<https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/202601468914951151/debt-reduction-schemes-and-the-management-of-chilean-debt>

essencial em um momento como tal, caracterizado pela dificuldade em se conseguir crédito internacionalmente (KLEIN, 2007).

Em verdade, apesar de se fundamentar em pressupostos de completa liberdade, do não-intervencionismo, o neoliberalismo no Chile, alardeado por muitos como exemplo de sucesso a ser seguido, só avançou devido ao constante intervencionismo do Estado em distintas maneiras. Primeiramente, como já dissemos, a violência e a repressão ambicionavam impedir que a oposição, em sua maioria advinda da população crescentemente pauperizada pelas medidas adotadas, se mobilizasse contra o regime – o terror era a condição necessária para fazê-las aceitar a regressão em seu padrão de vida, a perda de direitos políticos e sociais etc.⁴⁴

Em segundo lugar, e não por alguma ordem de importância, não fosse o intervencionismo pinochetista, o neoliberalismo no país, por si só, jamais o teria conduzido a seu “milagre econômico”, alcançado somente no final do regime. Somente um neoliberalismo à chilena é que permitiu, com todas as ressalvas possíveis, tal crescimento – que beneficiou, claro esteja, as elites nacionais e o capital estrangeiro, em completo detrimento das massas, concentrando renda no topo. É como nos pontua Winn:

Na realidade, apesar da ideologia e da propaganda neoliberais, sob o governo de Pinochet, o Estado chileno continuava a moldar as oportunidades e lucros econômicos capitalistas, garantindo a coerção da mão de obra e a concentração da riqueza e da propriedade em um pequeno número de grupos financeiros de base familiar com boas conexões políticas. Apesar da revolução econômica neoliberal, o acesso ao Estado continuou sendo fundamental para o sucesso empresarial. (WINN, 2009, p. 193)

Portanto, o “milagre econômico” chileno só veio a ocorrer praticamente uma *década* depois da adoção, em 1974, das medidas neoliberais propagandeadas pelos *Chicago Boys*. Esse período de crescimento, que começaria por volta da metade da década de 80, só veio a ganhar forma quando Pinochet corrigiu o curso das transformações vigentes, despedindo de seu gabinete econômico a maioria desses discípulos de Friedman e reajustando radicalmente as políticas em

⁴⁴ “As is the case with most state terror, the targeted killings served a dual purpose. First, they removed real obstacles to the project – the people most likely to fight back. Second, the fact that everyone witnessed the “troublemakers” being disappeared sent an unmistakable warning to those who might be thinking of resisting, thereby eliminating future obstacles.” (KLEIN, 2007, p. 137)

questão. Ironicamente, o sátrapa chileno seria obrigado a fazer, em muitos casos, o mesmo que Allende: trazer para o controle ou, pelo menos, para a supervisão do Estado muitas das empresas que anteriormente haviam sido liberadas de sua “ingerência”.

Paradoxalmente ao que a ortodoxia costuma ferrenhamente defender, foi o intervencionismo estatal que salvou o experimento neoliberal no Chile. O “milagre econômico”, ao contrário do propagandeado, ocorreu devido à presença do Estado, e não à sua ausência. Assim, não foram o livre-mercado, a desregulamentação completa e as privatizações os responsáveis pelo crescimento econômico ao final da década de 80, quando o país atingiu a marca de quase 10% de crescimento no PIB⁴⁵.

Mesmo assim, devemos lembrar-nos que esse desenvolvimento econômico não se refletiu em melhorias para todos, já que não se ambicionava elevar o nível geral de bem-estar da população, mas sim a beneficiação de uns poucos grupos econômicos poderosos que, durante o governo Pinochet, auferiram lucros jamais antes conseguidos. Enquanto isso, a maioria dos chilenos caía para abaixo da linha da pobreza, padecendo de uma crescente desigualdade social, a qual mantém-se dessa forma até os nossos dias. De acordo com Naomi Klein:

By 1988, when the economy had stabilized and was growing rapidly, 45 percent of the population had fallen below the poverty line. The richest 10 percent of Chielans, however, had seen their incomes increase by 83 percent. Even in 2007, Chile remained one of the most unequal societies in the world – out of 123 countries in which the United Nations tracks inequality, Chile ranked 116th, making it the 8th most unequal country on the list. If that track record qualifies Chile as a miracle for Chicago school economists, perhaps shock therapy was never really about jolting the economy into health. **Perhaps it was meant to do exactly what it did – hoover wealth up to the top and shock much of the middle class out of existence** (KLEIN, 2007, p. 105, grifo nosso)

Tendo exposto o início e o desenrolar do projeto neoliberal à chilena durante a ditadura de Pinochet, além de algumas das consequências advindas deste processo, umas imediatas e outras mais

⁴⁵ Dados do Banco Mundial, disponível em:
<https://wits.worldbank.org/countryprofile/en/country/CHL/startyear/1988/endpoint/1990/indicator/NY-GDP-MKTP-KD-ZG>

longevas, estruturais, podemos agora tratar do Chile contemporâneo, que ainda está a padecer das medidas que foram tomadas durante o regime ditatorial. Essa última seção do projeto se dedicará a tratar das heranças nefastas deixadas pelo modelo neoliberal no Chile, que ainda dessangram a maior parte do povo chileno, além de servir como espaço para expor algumas conclusões às quais chegamos, a partir de tudo isso que foi exposto.

5. Considerações finais.

5.1. A redemocratização conservadora.

Esse mal estar, esse sentimento de que não há nada de novo, evidentemente, não é novidade. Nós o encontramos no conhecido conceito de “fim da história”, tão alardeado por Francis Fukuyama após a queda do Muro de Berlim. A tese de Fukuyama de que a história havia atingido o clímax com o capitalismo liberal pode ter sido amplamente ridicularizada, mas continua sendo aceita, e mesmo presumida, no plano do inconsciente cultural. (FISHER, 2009, p. 15)

O processo de redemocratização do Chile começou aos fins da década de 80, alguns anos depois de iniciado o processo brasileiro, e, curiosamente, uma ditadura tão brutal como a chilena encontrou seu fim no âmbito eleitoral, em um referendo no qual se pleiteava pela continuidade ou não do governo de Pinochet. Quando foi constatado o resultado das urnas, para a surpresa da burguesia e dos militares, ficou claro: o povo chileno optou pelo não. Uma das ditaduras mais sanguinárias das Américas encontrou seu fim frente aos mecanismos

institucionais que ela mesma havia estabelecido com a Constituição de 80.

Como já nos fizemos referência anteriormente, no entanto, apesar dessa derrota, o general conseguiu fazer-se eleger como comandante-em-chefe do Chile por um mandato de mais oito anos (SADER, 1992). Assim, mesmo fora da presidência, pôde tutelar o processo de transição de volta à democracia, restringindo o horizonte de mudanças institucionais. Sua presença, sempre pairando nos bastidores, forçava a transição a assumir um ritmo mais cauteloso, gradual, de forma a evitar que os militares uma vez mais saíssem de seus quartéis. A memória da contrarrevolução e as quase duas décadas de violência estatal ainda estavam frescas no imaginário do país.

Dentre tantas outras consequências desse terrorismo de Estado, da perseguição, do exílio, podemos destacar uma mudança no caráter do cenário político chileno. A sociedade civil, ainda incerta e desorientada, não tinha a capacidade organizativa de outrora – se comparada, por exemplo, a 20 anos antes, tanto durante o governo Frei quanto o de Allende. Os partidos políticos, mesmo os mais tradicionais, também sofreram drásticas reorientações internas, em especial a esquerda, que perdeu muito de seu cunho revolucionário, adotando um tom mais moderado para poder participar do jogo político que se desenhava. De acordo com Winn:

No processo, foi criada a poderosa aliança política que dominaria a política chilena nas duas décadas seguintes: a Concertación por la Democracia, que seria uma aliança de centro-esquerda, como a Frente Popular, não uma coalizão de esquerda, como a Unidade Popular. A Concertación se concentraria em torno dos democratas-cristãos e dos socialistas, inimigos na era pré-golpe, mas aliados na democracia restaurada da década de 1990, e as políticas que iriam buscar implantar consolidariam a “revolução” neoliberal de Pinochet, em vez de restaurar “as mudanças”, quer da “revolução em liberdade” da década de 1960 dos democratas cristãos, quer o “caminho democrático para o socialismo” da década de 1970 da Unidade Popular. (WINN, 2009, p. 200)

A redemocratização chilena, portanto, ocorreu sob governos de uma esquerda diluída, moderada, que havia em grande parte abandonado suas ambições “radicais”, fosse a reforma agrária ou outras

transformações estruturais⁴⁶, demonstrando que houve um deslocamento político da esquerda para uma posição ao centro, bem diferente do que era observável no Chile de 1970.

Os governos da Concertación, começando por Patricio Alwyin e terminando por Michele Bachelet⁴⁷, longe de voltarem às antigas pautas políticas, mantiveram-se fiéis ao modelo neoliberal, aprofundando o processo que Pinochet iniciou. A transição de 80 para 90 era, afinal, a época onde a máxima “não há alternativa”, que Margaret Thatcher havia popularizado, tornou-se algo parecido com um truísmo: o neoliberalismo, que fora primeiro testado no Chile, agora já assumia seu lugar como o novo paradigma internacional.

O Muro de Berlim caíra em 1989 e a União Soviética logo em seguida também se desintegraria, dando a percepção de que o momento histórico do comunismo havia acabado, sua viabilidade como alternativa se havia esgotado – agora era hora de aceitarmos o inevitável. É como Mark Fisher nos pontua, a partir de seu conceito sobre o realismo capitalista:

O realismo capitalista, resumindo brevemente, pode ser visto tanto como uma crença quanto como uma atitude. É a crença de que o capitalismo é o único sistema econômico viável, uma simples reafirmação da antiga máxima thatcherista: “não há alternativa”. **Não se trata necessariamente da ideia de que o capitalismo é um sistema particularmente bom, mas sim de persuadir as pessoas a acreditarem que é o único sistema viável e que a construção de uma alternativa é impossível.** Que o descontentamento seja praticamente universal não muda nada o fato de que não parece haver alternativa viável ao capitalismo – não muda a crença de que o capitalismo ainda possui todas as cartas na mesa e que não há nada que possamos fazer sobre isso. (FISHER, 2009, p. 152, grifo nosso)

Apenas alguns anos depois de 1988, o país começaria a ser alardeado como um jaguar econômico, o “vizinho que deu certo”⁴⁸. De

⁴⁶ “Quando retornaram ao poder em 1990, estavam ansiosos para pôr uma distância entre as crenças revolucionárias da juventude e sua atual posição de centro-esquerda, que abraçava uma democracia neoliberal em vez de um socialismo democrático – e **não falavam nem de reforma agrária nem de justiça social.** (...) a Concertación garantiu aos capitalistas do Chile, virtualmente todos que haviam apoiado a ditadura e se oposto à Concertación, que o governo de centro-esquerda não ameaçaria seus direitos de propriedade e manteria o modelo neoliberal e as “regras do jogo”.” (WINN, 2009, p. 201-202, grifo nosso)

⁴⁷https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Concertaci%C3%B3n_de_Partidos_por_la_Democracia

⁴⁸De acordo com a autora Joana Vasconcelos, no prefácio à edição brasileira do livro *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. “Há pelo menos trinta anos, o “modelo chileno” é tratado pelas

acordo com um relatório do Banco Central do Chile⁴⁹, a inflação no país (um problema crônico em sua história) finalmente atingiu níveis aceitáveis e, devido aos elevados níveis de crescimento do PIB que mostraria ao longo dessas décadas, o Chile começou a ser visto como uma verdadeira história de sucesso do neoliberalismo, seu aluno exemplar e modelo a ser seguido. De acordo com o Fundo Monetário Internacional⁵⁰, “Between 1994 and 1998 (when major crises occurred in Mexico, several Asian countries, Russia, and Brazil), the Chilean economy grew an average of 6.9 percent a year”.

A maioria dos elogios ao “sucesso chileno”, no entanto, tinha o mau hábito de optar pela completa omissão ou, ao menos, pela minimização do enorme custo social necessário à implantação do neoliberalismo no país, além de ignorar o fato de que esse crescimento “milagroso” ocorreu voltado em benefício das elites, enquanto a maioria da população não partilhava das benéncias. Em 1998, apesar do aumento expressivo e contínuo no nível do PIB, o Chile permanecia com um dos piores índices de desigualdade social do mundo. Nas Américas, ficava atrás somente do Brasil e do Panamá⁵¹.

De forma a corrigir de alguma forma a situação, os governos da Concertación começaram a tomar certas medidas almejando tornar a pobreza, que haviam herdado do governo ditatorial, algo menos prevalente no país. Não se tratava de reformas estruturais, mas sim da aplicação de certas políticas sociais que amenizassem um quadro de desigualdade tão sério como o que tinha o Chile. De acordo com Winn:

(...) os líderes da Concertación também priorizaram o combate à avassaladora pobreza que haviam herdado da ditadura, em que mais de 40% da população era pobre. Usando os gastos sociais direcionados aos mais pobres entre os pobres, além do pleno emprego de uma economia em franca expansão, a Concertación conseguiu reduzir pela metade esse índice de

elites neoliberais latino-americanas como um primoroso exemplo de desenvolvimento e liberdade de capitais. O “tigre” do continente, um paraíso estável dentro de uma região caótica, **o vizinho que deu certo.**” (VASCONCELOS, 2021, p. 11, grifo nosso)

⁴⁹ https://si2.bcentral.cl/public/pdf/banca-central/pdf/v6/465_522corbo.pdf

⁵⁰ <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/202601468914951151/debt-reduction-schemes-and-the-management-of-chilean-debt>

⁵¹ A partir do coeficiente de GINI, oferecido a partir de dados do Banco Mundial, disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=1989&locations=CL&start=1987>

pobreza em menos de dez anos, um feito realmente extraordinário e único na região durante a década de 1990, e que deu ao neoliberalismo chileno uma “face humana” (...) (WINN, 2009, p. 202)

5.2. A revolta popular no Chile.

Batem-se panelas, ocupam-se ruas e praças, montam-se barricadas, atacam-se supermercados, shoppings, bancos e farmácias. Incendeiam-se vinte estações de metrô, uma dúzia de ônibus e o edifício da Enel, a empresa fornecedora de energia elétrica. Passada a meia-noite, o governo reage: declara estado de emergência e, a fim de “assegurar a ordem pública e preservar instalações de infraestrutura crítica”, manda os militares às ruas (...) Mas a explosão se expande por todo o país. O sólido e exemplar neoliberalismo chileno estremece: teria o Chile acordado do pesadelo neoliberal? (Introdução. *Da Revolta à Constituinte*, in “Chile em Chamas”, p. 19, 2021)

Esses esforços para diminuir a pobreza, que resultaram em avanços tímidos se formos pensar em termos de transformações reais, não foram o suficiente para impedir que o Chile voltasse a convulsionar poucos anos após os governos de centro-esquerda terem assumido o poder (em março de 1990). Em outubro de 2019, o país voltou a ser notícia no mundo quando, depois que o governo decretou um aumento de 30 pesos na passagem, o que serviu como estopim para uma revolta popular generalizada. Eclodiram protestos e manifestações sociais de norte a sul no país, com uma histórica concentração de manifestantes nas ruas de Santiago.

Dentre as diversas demandas que a população apresentava, uma era central: o sepultamento da Constituição de 80, outorgada por Pinochet e que acarretara em severas transformações no caráter social do Estado chileno, em suas atribuições para com o bem-estar e no fornecimento de serviços essenciais, muitos dos quais haviam sido privatizados. A outra grande demanda, associada intrinsecamente à Carta pinochetista, era clamando pelo fim do neoliberalismo, modelo que fora legitimado por aquela.

Assim, o desejo principal que viria a manifestar-se como uma máxima dos anseios por parte do povo nas ruas era por uma nova Constituição, uma que não fosse desconectada das necessidades e participação populares⁵². O presidente, Sebastián Piñera, em seu segundo termo no cargo, respondeu aos protestos lançando mão de uma repressão policial que o país não via, em tal escala e violência, desde o início do período de redemocratização, há no mínimo 30 anos.

De acordo com um relatório do INDH (*Instituto Nacional de Derecho Humanos*)⁵³, as cifras da repressão policial são contundentes. No período entre outubro de 2019 a fevereiro de 2020, centenas de protestantes chilenos tiveram lesões oculares, em sua maioria graves – resultando em perda de visão – devido à repressão das forças de segurança (os *carabineros* e os militares, convocados por Piñera). Não faltam relatos sobre a truculência que caracterizou a ação repressiva desatada no Chile durante a jornada de protestos.

O governo, no entanto, foi ineficaz em apaziguar os ânimos, em “restaurar a ordem” no país. O clamor que vinha das ruas, lotadas de chilenos, não arrefeceu frente à repressão; pelo contrário, se tornou mais potente e mobilizado. Assim, em 25 de outubro de 2020, depois de praticamente um ano de constante ebulição social, com o Chile ardendo em protestos de norte a sul, ocorreu o plebiscito histórico para a criação de uma nova Constituição. O resultado das urnas serviu para reafirmar, se ainda não estivesse claro, quão forte era o desejo de mudança por parte da maioria da população: mais de 77% votaram a favor⁵⁴ de uma nova Carta.

⁵² O modelo se baseia na dessocialização radical do trabalho, na desagregação de qualquer associativismo solidário, na sociabilidade individualista, na capitalização da previdência e, sobretudo, no endividamento generalizado como dispositivo de controle social. No Chile, os direitos sociais são inconstitucionais, pois os mecanismos de gratuidade e as garantias de direitos pelo Estado ferem as “liberdades do mercado”. O Estado subsidiário atravanca o uso do fundo público para o bem-estar comum. A classe trabalhadora foi convertida ao status de consumidora empobrecida e desamparada. (VASCONCELOS, 2021, p. 11)

⁵³ O informe aponta que houve, no mínimo, 445 casos desse tipo, a maioria resultantes por disparos por bala de borracha.

<https://bibliotecadigital.indh.cl/bitstream/handle/123456789/1701/Informe%20Final-2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁵⁴<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/26/chile-aprova-plebiscito-historico-por-que-e-tao-pol-emica-a-constituicao-que-78-dos-chilenos-decidiram-trocar.ghtml>

O Chile vive, portanto, um momento histórico, no qual é possível enterrar o mecanismo constitucional que visava legitimar o modelo neoliberal no país, e teve por efeito constranger por décadas qualquer horizonte de mudanças reais no país, mesmo depois de findado o período ditatorial.

A Assembléia Constituinte, formada em paridade de gêneros, vai ter lugares reservados a minorias indígenas e, talvez o que seja mais importante, não vai ter em sua composição nenhum integrante atual do Parlamento, sem impor a necessidade de filiação partidária aos seus membros. Antes, o governo e a direita haviam tentado fazer que metade dos integrantes da Constituinte fossem parlamentares já em exercício, de forma a poderem impor limites ou alterações às mudanças, o que foi derrubado.

Podemos fazer muitas conjecturas sobre o que pode vir a acontecer no país, mas seria um exercício de suposições. O fato é que a Constituinte ainda está para ocorrer, e depois serão meses de deliberação, além de mudanças eventuais que decerto ocorrerão, em uma tarefa tão delicada como essa. Mais uma vez, o que está para se passar no Chile é de enorme interesse para a América Latina. A presidência de Gabriel Boric, da coalizão Convergência Social, que assumiu neste ano de 2022, trazendo a esquerda de volta ao poder, parece ser um passo esperançoso para abrir novos caminhos.

Apesar dessa nova Constituição não implicar, como num passe de mágica, no fim das práticas neoliberais no país, ela pode vir a permitir que o povo chileno se desassocie desse modelo tão desagregador. No entanto, temos de ter certo cuidado, guardar algumas ressalvas, quanto à qualquer mudança que nos possa parecer fácil⁵⁵. Enterrar o documento pinochetista é uma coisa – derrubar o neoliberalismo, que é, afinal, a nova forma do capitalismo, é outra completamente distinta e infinitamente mais complexa. David Harvey sustenta que o neoliberalismo pode ser melhor

⁵⁵ É necessário evitar um compromisso político pelo qual nos presenteiem com uma Constituição cheia de direitos, mas nos neguem a possibilidade de exercê-los. É necessário nos precavermos do arco-íris que podem nos vender. Pode-se redigir uma Constituição que dê direitos sociais – porque não custa nada pôr direitos na Constituição – e depois negar suas fontes de financiamento. Foi o que aconteceu com várias das constituições novas na América Latina (...) (SOTO, 2021, p. 242-243)

compreendido como “(...) um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas.” (HARVEY, 2008, p. 28)

De qualquer forma, podemos dizer, ao menos, que o povo chileno deu os primeiros passos para tentar reformar, se abolir não for possível, o sistema que tanto lhes danou a vida. O horizonte de possibilidade, de alternativa, que parecia haver esfumado-se com o “fim da história”, parece ter voltado à pauta política da América Latina como um todo, com a volta da esquerda a países-chave no continente. A hegemonia direitista, que parecia inabalável há poucos anos atrás, não é mais tão sólida: passamos por um momento de crise nos sistemas de dominação.

É tarefa nossa, e das mais urgentes, pensar em como vamos disputar, nessa conjuntura, por uma nova alternativa. Nenhuma mudança real vai nos cair dos céus, e a tarefa de construir o novo é sempre de uma complexidade gigantesca. Não podemos, no entanto, sujeitar-nos ao desânimo propagado pelo realismo capitalista, essa sensação tão profunda de que não há nada que possamos fazer para alterar a ordem das coisas. Mark Fisher nos explica muito bem a atitude com a qual deveríamos encarar esses momentos de crise, onde, cada vez mais, tudo que é sólido parece desmanchar-se no ar⁵⁶.

A longa e escura noite do fim da história deve ser encarada como uma enorme oportunidade. A própria generalidade opressiva do realismo capitalista significa que mesmo tênues vislumbres de possibilidades políticas e econômicas alternativas são capazes de gerar um efeito desproporcionalmente grande. O menor dos eventos pode abrir um buraco na cinzenta cortina reacionária que encurtou os horizontes de possibilidade sob o realismo capitalista. De uma situação em que nada pode acontecer, de repente tudo é possível de novo. (FISHER, 2021, p. 133)

⁵⁶ Alusão, claro, ao Manifesto Comunista. “Tudo o que é sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.” (ENGELS; MARX, 2017, p. 25)

6. Referências Bibliográficas.

ABARA, J. *Historia política de Chile, 1810-2010*. Tomo 1: Práticas políticas. Santiago: Fondo de Cultura Económica/Centro de Estudios de Historia Política-Universidad Adolfo Ibáñez, 2017.

ALLENDE, I. *Mi país inventado*. Ed. Debolsillo, 2008

ALLENDE, S. *Abrirán las grandes alamedas: discursos*. Santiago: LOM Ediciones, 2013.

ALEGRÍA, F. *Salvador Allende: a paz pelo socialismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

BANCO MUNDIAL. *Debt reduction schemes and the management of Chilean debt*. Banco Mundial, março, 1989.

Disponível em:

[https://documents1.worldbank.org/curated/en/202601468914951151/pdf/D
ebt-reduction-schemes-and-the-management-of-Chilean-debt.pdf](https://documents1.worldbank.org/curated/en/202601468914951151/pdf/Debt-reduction-schemes-and-the-management-of-Chilean-debt.pdf)

[https://wits.worldbank.org/countryprofile/en/country/CHL/startyear/1988/en
dyear/1990/indicator/NY-GDP-MKTP-KD-ZG](https://wits.worldbank.org/countryprofile/en/country/CHL/startyear/1988/endyear/1990/indicator/NY-GDP-MKTP-KD-ZG)

CORBO, V; TESSADA, J. *Growth and adjustment in Chile: a look at the 1990s*. Working Papers n. 204, *Central Bank of Chile*, 2004.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl; LENIN, Vladímir. *O manifesto comunista; teses de abril*. Textos introdutórios de Tariq Ali. 1a edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERNANDES, F. *O que é Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2018, 1a edição.

FISHER, M. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Chile in the 1990s: Embracing development opportunities*. FMI, março, 2000. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/03/animat.htm>

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2021. Edição especial comemorativa de 50 anos.

_____. *Guatemala: ensayo general de la violencia política en América Latina*. Ed. Siglo XXI Editores, 2020

GUEVARA, C. *América Latina: antiimperialismo y revolución*. Ed: Ocean Sur, 2014.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Chile, INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. *Informe anual de 2019. Sobre la situación de los Derechos Humanos en Chile en el contexto de la crisis social*.

KLEIN, N. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. Nova York: Picador, 2007.

LOVEMAN, B. *For la Patria: Politics and the Armed Forces in Latin America*. Ed. Rowman & Littlefield Publishers, 1999

MARTINS, R. *Segurança Nacional*. Ed. Brasiliense, 1986

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 3a edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009

NABUCO, J. *Balmaceda*. Ed. Cosac Naify, 2008

RIBEIRO, D. *América Latina: a pátria grande*. Ed. Global, 2017

_____. *A América Latina Existe?* Ed. Biblioteca Básica Latinoamericana, 2021

SADER, E. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Chile (1818-1990): da independência à redemocratização*. Ed. Brasiliense, 1991

Chile em chamas: a revolta antineoliberal. Tradução de Igor Peres. Pesquisa e entrevistas: Tinta Limón. São Paulo: Elefante, 2021, 384 pgs.

VASCONCELOS, Joana. *A normalidade era o problema*, in “Chile em chamas: a revolta antineoliberal”. São Paulo: Elefante, 2021, p. 8 - 14.

SOTO, Carlos. Devemos ter cuidado com o arco-íris que podem tentar nos vender. [Entrevista concedida a Tinta Limón], in “Chile em chamas: a revolta antineoliberal.” São Paulo: Elefante, 2021, p. 241 - 260

URIBE, A. *The black book of American intervention in Chile*. US: Beacon Press, 1975.

WASSERMAN, C. *A teoria da dependência: do Nacional-desenvolvimentismo ao Neoliberalismo*. Ed. FGV, 2017 (1 Edição)

WINN, P. *A Revolução chilena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 210 p.

Carta do ministro Diego Portales,

PORTALES, D. [Carta tratando da Doutrina Monroe]. Destinatário: José Manuel Cea. Lima, março, 1822. 1 carta. Disponível em:

<http://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0001800.pdf> Acesso

em: 18 maio. 2022

https://chile.as.com/chile/2021/10/08/actualidad/1633701080_521497.html

etimologia do nome Chile;